



**Universidade de Aveiro** Instituto Superior de Contabilidade e Administração  
2009

**Maria de Lurdes  
Moreira Queirós  
Coutinho**

**Regulamento 1606/2002 CE: mecanismos de  
endosso das IAS/IFRS**



**Maria de Lurdes  
Moreira Queirós  
Coutinho**

**Regulamento 1606/2002 CE: mecanismos de  
endosso das IAS/IFRS**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade - Ramo Auditoria, realizada sob a orientação científica do Professor Domingos José da Silva Cravo, Professor Coordenador do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro.

**agradecimentos**

Agradeço a colaboração de todos que contribuíram para que fosse possível a concretização deste trabalho, nomeadamente ao Professor Domingos José da Silva Cravo, à Professora Graça Maria do Carmo Azevedo e à Professora Augusta da Conceição Santos Ferreira.

Um agradecimento muito especial ao meu marido Paulo e aos meus filhos Diogo e Filipa pela sua compreensão e carinho.

**o júri**

presidente

Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo  
Universidade de Aveiro

orientador

Doutor Domingos José da Silva Cravo  
Universidade de Aveiro

arguente

Professor Doutor António Rodrigues Neto  
Isca - Aveiro

**palavras-chave**

Mecanismo do Endosso (*endorsement*), EFRAG, SARG, ARC, Normalização Contabilística.

**resumo**

Com a entrada em vigor do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, nasce uma nova era para a harmonização Contabilística Europeia. A necessidade de mudança surgiu, uma vez que as Directivas estiveram estagnadas muitos anos, omitem assuntos conflituosos e permitem diversos tratamentos contabilísticos, consequentemente não dão resposta aos fenómenos da actual globalização, com os fluxos crescentes tanto do comércio de bens e serviços, como financeiros e tecnológicos.

O mecanismo do endosso (*endorsement*) das Normas Internacionais de Contabilidade, e suas interpretações emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), respectivamente, conhece com celeridade o caminho da sua aplicação na Comunidade Europeia. Com as revisões sistemáticas de melhoria contínua às normas e interpretações vimos o interesse público europeu satisfeito. Pretendemos delinear esse caminho e mostrar o quanto são úteis para este processo, o grupo Consultivo Europeu sobre Informação Financeira (EFRAG), o grupo de Revisão de Recomendações sobre as Normas (SARG) e o Comité de Regulamentação Contabilística (ARC).

Falaremos dos posteriores Regulamentos, necessários ao processo do endosso e da importância do EFRAG ao facilitar a incorporação no sistema legal europeu, actuando como um filtro às normas emitidas pelo IASB, assim como nos outros trabalhos desenvolvidos por este grupo consultivo neste contexto. Por fim iremos referir o percurso até então, das normas já endossadas e não endossadas na União Europeia.

**keywords**

Endorsement Mechanism, EFRAG, SARG, ARC, Accounting Standards.

**abstract**

With the adoption of the Regulation (CE) n° 1606/2002 of the European Parliament and the Council, on July 19<sup>th</sup> 2002, comes a new era for the European accounting harmonization. A need for change has emerged, as the Directives were stagnated during many years, avoiding conflict issues and allowing different accounting treatments, therefore not answering to the globalization challenges, with the increasing flows of trade in both goods and services, and financial and technology.

The endorsement of International Accounting Standards and interpretations issued by the International Accounting Standards Board (IASB) and International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), respectively, was quickly implemented in the European Union. With the systematic reviews and continuous improvement the standards and interpretations came closest to the satisfaction of the European public interest. We pretend to outline this path and show how the following institutions useful to this process, the European Advisory Group on Financial Information (EFRAG), the Review Group Recommendations on Standards (SARG) and the Accounting Regulatory Committee (ARC).

We will discuss the later regulations, necessary to the process of endorsement and the importance of EFRAG to facilitate incorporation into the European legal system, acting as a filter to the standards issued by the IASB, as well as in other work developed by this advisory group. Finally we will mention the course of action until now, the standards already endorsed and not endorsed in the European Union.

## **Lista de Siglas**

ARC – *Accounting Regulatory Committee;*

CE – *Comunidade Europeia;*

EFRAG – *European Financial Reporting Advisory Group;*

EM – *Estados Membros;*

FASB – *Financial Accounting Standards Board;*

IAS – *International Accounting Standards;*

IASB – *International Accounting Standards Board;*

IFRIC – *International Financial Reporting Interpretations Committee;*

IFRS – *International Financial Reporting Standards;*

NIIF – *Normas Internacionais de Informação Financeira;*

NIRF – *Normas Internacionais Relato Financeiro;*

NSS – *National Standard Setters;*

SARG – *Standards Advisory Review Group;*

SIC – *Standing Interpretation Committee;*

TEG – *Technical Expert Group;*

## **Lista de Figuras**

Figura 1 - Adopção das IAS/IFRS	19
---------------------------------	----

## **Lista de Quadros**

Quadro 1 – Documentos endossados até 9 de Fevereiro de 2009	52
Quadro 2 – Documentos não endossados até 9 de Fevereiro de 2009	54



## Índice Geral

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1: O processo de harmonização na Comunidade Europeia.....</b>	<b>5</b>
1.1. Descrição sumária do processo de harmonização contabilístico comunitário.....	5
1.2. A adopção de normas de harmonização .....	7
<b>Capítulo 2. <i>European Financial Reporting Advisory Group</i> (EFRAG) .....</b>	<b>11</b>
2.1. Contributo do EFRAG .....	11
2.2. Modo de funcionamento do EFRAG .....	14
2.3. Financiamento do EFRAG .....	17
2.4. Trabalhos desenvolvidos .....	18
<b>Capítulo 3. Outros Organismos intervenientes no mecanismo do endosso .....</b>	<b>43</b>
3.1. <i>Accounting Regulatory Committee</i> (ARC) .....	43
3.2. <i>Standards Advice Review Group</i> (SARG) .....	49
<b>Capítulo 4. Aplicação do mecanismo do endosso .....</b>	<b>51</b>
<b>Notas Finais .....</b>	<b>57</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>59</b>

## **Introdução**

As directivas comunitárias foram a primeira etapa para se tentar conseguir a harmonização contabilística comunitária, são exemplos a IV e VII, que dizem respeito respectivamente às contas individuais e às contas consolidadas das empresas.

Contudo, as directivas não permitiram a comparabilidade da informação financeira, uma vez que não foram revistas durante vinte e cinco anos, ou seja, não evoluíram conforme o mercado exigia. As burocracias em torno das directivas conduziram à falta de capacidade para dar resposta imediata à mudança. Para além disso conferem muitas opções aos Estados Membros (EM) da comunidade, o que provoca muitos obstáculos à comparabilidade.

As empresas de grande dimensão dos EM que pretendiam obter financiamento nos mercados internacionais eram obrigadas a elaborar um segundo conjunto de contas preparadas de acordo com outro enquadramento normativo para que fossem aceites nesses mercados. Elaborar mais um conjunto de contas torna-se para as empresas um processo moroso e dispendioso, segundo Antão (2007) é motivo de grande confusão.

Pelas razões expostas, em 1995 a Comissão Europeia publicou um documento que se intitula "uma nova estratégia relativamente à harmonização contabilística internacional" COM 95 (508) PT. Este processo tem como objectivo reforçar o apoio às empresas que pretendem colocar os seus valores à cotação no mercado dos Estados Unidos ou noutros mercados mundiais. A Comissão Europeia pretende que a União Europeia reforce o seu compromisso às empresas que operam à escala mundial, respondendo com maior rapidez e eficiência no processo de normalização internacional.

Entre 1996 e 2000 foram elaborados vários estudos para ponderar a compatibilidade entre as directivas e as normas internacionais de contabilidade.

A Comissão Europeia após concluir estes estudos, veio publicar em 2000 o documento "Estratégia da União Europeia para o futuro em matéria de informações financeiras a prestar pelas empresas" – COM 2000 (359) PT. Este documento prevê duas fases a primeira até finais de 2000 contempla uma proposta que solucione o problema das empresas com valores cotados, evitando a elaboração de dois conjuntos de contas. A segunda contempla uma proposta de modernização das directivas para que estas continuem como pilar da informação financeira prestada pelas empresas que não têm valores cotados.

O âmbito deste trabalho centra-se no mecanismo do endosso das normas internacionais de contabilidade e as suas interpretações no seio da comunidade europeia. As *International Financial Reporting Standards* (IAS) e as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), como refere o regulamento 1606/02, só serão adoptadas se a Comissão Europeia assim o entender. Esta Comissão decide a sua aplicabilidade podendo aceitar a norma ou rejeitá-la.

*"As normas internacionais de contabilidade procuram harmonizar as informações financeiras apresentadas pelas sociedades, de forma a assegurar um elevado grau de transparência e de comparabilidade das demonstrações financeiras" (fonte: Relatório da Comissão das Comunidades Europeias – Novembro de 2003).*

No primeiro capítulo vamos descrever, sumariamente, o processo de harmonização contabilístico comunitário, falando nas directivas e das suas diferenças face à aplicabilidade das normas internacionais de contabilidade.

No mesmo capítulo, as etapas do mecanismo do endosso na União Europeia, são o nosso objecto de estudo, desde que a norma é emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), até ser aprovada pela Comissão Europeia.

O papel do *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG) ou em português Grupo Consultivo Europeu sobre Informações financeiras, ocupa um lugar de destaque e o seu contributo no endosso das normas é de crucial

relevância, porque funciona como filtro às normas emanadas pelo IASB. Falaremos no segundo capítulo deste contributo, do financiamento deste organismo e no seu modo de funcionamento assim como dos diversos trabalhos desenvolvidos focando os Regulamentos posteriores a endossar as normas, ou alterações e/ou revogações. O processo de consultas, junto do EFRAG por parte da Comissão Europeia, também é objecto da nossa análise.

No terceiro capítulo falaremos dos outros organismos que apoiam a Comissão Europeia no processo do endosso. Numa prestação válida e de particular importância o Comité de Regulamentação Contabilística, ou *Accounting Regulatory Committee* (ARC) como é mais conhecido, presta assessoria e garante uma total transparência na adopção das normas. Falaremos dos representantes dos EM que compõem o mesmo, do seu modo de funcionamento e dos seus trabalhos de apoio à Comissão Europeia.

O Regulamento (CE) 1606/2002 ainda prevê uma última etapa no processo do endosso das normas internacionais de contabilidade, que fica a cargo do *Standards Advice Review Group* (SARG) ou Comité de Regulamentação Contabilística. Assim no terceiro capítulo, analisaremos este grupo que se distingue por ser composto por peritos dotados de conhecimentos especializados de contabilidade e independentes de todos os outros grupos intervenientes, para garantirem o equilíbrio no apoio à Comissão Europeia.

No quarto capítulo, analisaremos a aplicação do mecanismo do endosso, na sua posição mais recente. Os documentos já endossados, as datas do endosso e as datas da sua publicação, assim como os documentos não endossados e as datas esperadas da sua concretização.

Por último nas notas finais apresentaremos algumas conclusões e observações que se prendem com o estudo deste tema.



## **Capítulo 1: O processo de harmonização na Comunidade Europeia**

### **1.1. Descrição sumária do processo de harmonização contabilístico comunitário**

O instrumento de harmonização contabilística utilizado na União Europeia tem sido a aplicação das directivas contabilísticas. De facto, a União Europeia tem emitido directivas que devem ser cumpridas pelos Estados Membros através da transposição para o direito nacional de cada Estado. As IV e VII directivas são exemplo e as mais importantes em termos contabilísticos. A IV directiva (78/660/CEE) trata da apresentação e elaboração das contas anuais, bem como do conteúdo do relatório de gestão e da publicidade dos documentos de prestação de contas e a VII directiva (83/349/CEE) refere-se à consolidação de contas.

Segundo Amaral (2001) as directivas pecam por omitirem determinados assuntos controversos ou por permitirem uma diversidade de tratamentos contabilísticos alternativos e por isso não dão resposta aos fenómenos de globalização, com os fluxos crescentes tanto do comércio de bens e serviços, financeiros como tecnológicos. Para além disso quando aprovadas, as directivas são inflexíveis, pelo que muito dificilmente acompanham os processos mutantes da globalização. Por este facto, a Comissão Europeia, anuncia a fragilidade das directivas ao referir que não haverá mais grandes directivas, tendo em conta o desenvolvimento conseguido a nível internacional.

O IASB nasce por exigência de empresas multinacionais e empresas de auditoria para colmatar esta necessidade de harmonização contabilística à escala internacional e segundo Amaral (2001) com as seguintes características:

- envolver a profissão;
- estabelecer normas de aceitação voluntária;

- utilizar uma estrutura conceptual, onde predomina a substância sobre a forma e a divulgação da informação financeira;
- ter como objectivo proporcionar aos mercados financeiros informação verdadeira e apropriada, motivado pela preocupação indispensável de auxiliar investidores e financiadores na tomada das suas decisões económicas e financeiras.

O endosso das normas emanadas pelo IASB na União Europeia nasce como uma necessidade de colmatar esta falta de harmonização e as vantagens para as empresas situam-se no aumento das facilidades de financiamento internacional e consequentemente a confiança dos investidores. Nas empresas multinacionais a facilidade de elaboração e prestação de contas é maior, e para os investidores uma maior facilidade de comparação de empresas de diferentes países.

No entanto, a adopção das IAS/IFRS, não pode ser compreendida sem ser relacionada com as directivas contabilísticas, se existem incompatibilidades que requeiram resolução prévia. As empresas ao aplicar as IAS/IFRS nas suas contas consolidadas, têm que ter a certeza que não existem conflitos com a sua aplicação, confrontando com a legislação europeia vigente, uma vez que a nível nacional pode exigir profundas alterações.

A Contabilidade é tratada de forma diferente quando é analisada pelas normas Internacionais de Contabilidade ou pelas directivas:

- as directivas contabilísticas assentam em princípios gerais, não pretendendo regulamentar todas as suas possíveis aplicações concretas, embora isto não as impeça de abarcarem, por vezes, indicações muito pormenorizadas (por exemplo, impondo esquemas normalizados). Por outro lado, as IAS/IFRS referem-se a questões contabilísticas específicas, para as quais são fornecidas orientações esmiuçadas, mas não têm em

conta o quadro jurídico em que estas normas devem ser aplicadas na prática;

- as directivas contabilísticas são aplicáveis a todas as empresas que tenham uma determinada estrutura jurídica, ao passo que, na União Europeia, as IAS/IFRS são, na prática, aplicadas principalmente pelas sociedades com valores cotados;
- as directivas contabilísticas fazem parte do direito das sociedades europeu e constituem, por conseguinte, um sistema jurídico obrigatório, enquanto as IAS/IFRS são normas de aplicação voluntária e não têm uma ligação específica à legislação;
- as directivas contabilísticas foram elaboradas num ambiente que é, por vezes, fortemente influenciado por considerações como a protecção dos credores, a distribuição dos lucros e a fiscalidade. As IAS/IFRS são normalmente formuladas sem ter estas questões em consideração, dando assim lugar a requisitos sem qualquer ligação especial a um ambiente económico específico.

## **1.2. A adopção de normas de harmonização**

Com a entrada em vigor do Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho 1606/2002 também conhecido pelo Regulamento IAS segundo Guimarães (2007), as normas Internacionais de Informação Financeira devem ser endossadas individualmente para que possam ser adoptadas na Europa. O processo de endosso inclui os seguintes passos:

- tradução do IFRS para todos os idiomas oficiais da União Europeia;
- o Grupo Consultivo Europeu sobre Informações Financeiras do Sector privado apresenta suas opiniões à Comissão Europeia;



- o Grupo de Revisão de Recomendações sobre Normas da Comissão Europeia apresenta a sua opinião à Comissão Europeia sobre as recomendações do EFRAG;
- o Comité de Regulamentação Contabilística, vota as normas propostas pela Comissão Europeia, numa vertente técnico-política; e
- a Comissão Europeia adopta e/ou rejeita as normas nos termos dos procedimentos de comitologia, fazendo publicação dos mesmos como Regulamento da Comunidade Europeia.

Este mecanismo de endosso sofreu mais uma alteração, em Novembro de 2006 tendo sido introduzido um novo passo no endosso das IFRS, que se traduz pela Comissão Europeia submeter as propostas de endosso a uma Comissão do Parlamento Europeu, conhecido como Comité de Regulamentação com Controlo.

Os procedimentos de aprovação no mecanismo do endosso das normas emitidas pelo IASB a adoptar pela União Europeia, tem vindo a operar em termos de análise técnica da elaboração política e das actividades administrativas do seguinte modo segundo a Comissão Europeia:

- aprovação de Análises técnicas e pareceres emitidos pelo EFRAG. O EFRAG fornece pareceres, elementos técnicos e análises de elevada qualidade à Comissão Europeia, que por sua vez os fornece ao comité de Regulamentação Contabilística e ao Parlamento Europeu;
- análise pelo *Standards Advice Review Group* (SARG) da documentação recebida do EFRAG que desenvolve em tempo útil avaliações e procedimentos de trabalho eficientes;
- procedimentos de avaliação e comitologia na aprovação das Normas, introduzidos pela Decisão 2006/512/CE de Conselho, de 17 de Julho de

2006 que altera a Decisão 1999/468/CE. Deste modo pretende-se dar maiores poderes de escrutínio ao Parlamento Europeu e ao Conselho. O Parlamento segue de perto a evolução da contabilidade e coopera activamente no processo de aceitação das normas;

- avaliação do impacto da adopção de novas normas e interpretações. O processo legislativo prevê a necessidade de avaliar os efeitos que as normas adoptadas têm a nível da União Europeia e dos Estados Membros. O EFRAG, em colaboração com a Comissão Europeia, está a preparar pareceres com vista a tentar realizar estudos de impacto de novas normas, antes das mesmas serem aprovadas ou seja com base em estudos e tendências normais;
- aprovações e excepcionalmente partes excluídas. A intenção subjacente no Regulamento (CE) nº 1606/2002 é a de que as normas sejam aprovadas e apoiadas pela generalidade dos votantes da União Europeia. Por esse motivo terão que ser normas de elevada qualidade e, caso a norma tenha alguma parte a ser excluída, tem que ficar definido desde logo o prazo e alcance dessa exclusão para mais tarde ser acrescentada;
- consolidação e tradução das IFRS. Cada norma é adoptada pela União através de um regulamento e a Comissão Europeia iniciou um grande projecto de análise das diferenças existentes na transposição para cada país, derivadas das traduções linguísticas das normas;
- duração total dos procedimentos de aprovação. Em média, a duração de aprovação pela União Europeia de uma norma emitida e publicada pelo IASB ronda os oito a dez meses. Com a adição da análise de impacto irá acrescentar uns seis meses para a aprovação da norma, no entanto estas análises já estão a ser parte integrante da elaboração das novas normas por parte do IASB. Nos casos urgentes os Estados Membros e o Parlamento Europeu mostraram alguma flexibilidade no

sentido de permitir a adopção de normas ou procedimentos que pelo seu carácter de premência assim o exijam.

Para além do referido, uma norma para ser aplicada na União Europeia, tem que respeitar o disposto no Regulamento 1606/2002 que fixa os mínimos em matéria de adopção das normas internacionais de contabilidade ou seja obriga que as normas adoptadas:

- não sejam contrárias ao princípio estabelecido no n.º 3 do artigo 16º da Directiva 83/349/CEE do Conselho e no n.º 3 do artigo 2º da Directiva 78/660/CEE do Conselho;
- correspondam ao interesse público europeu;
- satisfaçam os critérios de inteligibilidade, relevância, fiabilidade e comparabilidade requisitos imprescindíveis da informação financeira, necessários para a tomada de decisões económicas e a apreciação da eficácia da gestão.

Para se considerar se a aplicação de uma norma permite obter uma imagem apropriada e verdadeira da situação financeira e dos resultados de uma empresa, este princípio é apreciado à luz das mencionadas directivas do Conselho sem implicar uma estrita conformidade com cada uma das disposições dessas directivas.

## **Capítulo 2. *European Financial Reporting Advisory Group (EFRAG)***

### **2.1. Contributo do EFRAG**

Como já referido, em meados dos anos 90 a União Europeia inicia um processo de mudança fundamental nas políticas contabilísticas Europeias e nos seus modelos de regulação, que se traduz na adopção efectiva das normas emitidas pelo IASB pela União Europeia.

O Regulamento (CE) nº 1606/2002 surge neste processo de mudança e com este novo cenário de regulamentação, surge o EFRAG que em português é chamado de Grupo Consultivo Europeu sobre Informações Financeiras, em 31 de Março de 2001. Uma organização privada e independente dos poderes políticos, tanto a nível nacional como europeu, constituída a nível internacional, apta para estabelecer diálogos proveitosos e criteriosos com o IASB assim como juntar e apoiar os distintos interessados da informação financeira e a sua apresentação em tempo útil.

O EFRAG é um organismo privado que se propõe criar uma união entre o sistema contabilístico da União Europeia, especialmente as Directivas e os Regulamentos com implicações Contabilísticas, e o organismo internacional de contabilidade IASB.

Os membros fundadores do EFRAG, conhecidos como “Pais Fundadores” são a Federação dos Contabilistas Europeus (FEE), a União das Confederações da Indústria e dos Empregadores da Europa (UNICE), a Federação Bancária Europeia (FBE), o Grupo Europeu das Caixas Económicas (ESBG), a Associação Europeia dos Bancos Cooperativos (GEBC), o Comité Europeu de Seguros (CEA), a Federação Europeia dos Contabilistas e Revisores das Pequenas e Médias Empresas (EFAA), a União Europeia do Artesanato e das PME (Ueapme), a Federação dos Mercados Bolsistas Europeus (FESE) e a Federação Europeia das Sociedades de Analistas Financeiros (EFFAS).

Segundo Sá (2003), nenhuma norma é aprovada sem o aconselhamento do EFRAG, ou seja esta instituição age como um primeiro filtro, seguindo rigorosamente as IV e VII directivas, especialmente no tocante à “imagem fiel” assim como os requisitos de compreensibilidade, relevância, fiabilidade e comparabilidade. Este organismo introduz as alterações às IAS/IFRS através do mecanismo de aceitação.

Este organismo tem a tarefa de facilitar a incorporação no sistema legal europeu das normas do IASB, recomendando à Comissão Europeia a adopção ou não adopção das Normas Internacionais de Contabilidade e das Normas Internacionais de Relato Financeiro. O objectivo do EFRAG foi o de auxiliar a Comissão Europeia na aprovação das Normas Internacionais e de Relato Financeiro (IFRS), fornecendo assessoria sobre a qualidade técnica destas.

A mudança terá um impacto significativo no reporte da informação mas também no comportamento dos interessados do negócio. Esta mudança é necessária para criar, no seio da União Europeia, fortes mercados de capitais capazes de competir com os mercados dos Estados Unidos.

No Parlamento Europeu a contabilidade tem sido um tema cada vez mais debatido e tem originado pedidos cada vez mais fortes de supervisão pública das actividades do IASB.

Não obstante a Europa participar conjuntamente em projectos com o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), organismo de supervisão dos Estados Unidos, no sentido de convergência das normas, a Europa quer activamente defender os pontos de vista europeus através do EFRAG e funcionar como contra-peso ao elevado poder de influência dos Estados Unidos na convergência da normalização.

A título de síntese o EFRAG tem como trabalhos:

- prestar assessoria à Comissão Europeia sobre a adopção de novas normas ou alterações das IFRS e *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC);
- comentários à proposta das IFRS e IFRIC do IASB, assim como documentos de discussão e outros documentos consultivos;
- assistir a diversas reuniões como observadores do IASB *Working Group*;
- mantém contactos regulares com o IASB através de encontros com o seu presidente.
- trabalha em estreita colaboração com o *National Standard Setters Europe* (NSS), em várias actividades destinadas a incentivar e melhorar o debate na Europa sobre questões contabilísticas, para desenvolver os vários pontos de vista sobre questões de elevada importância;

Além disso o EFRAG foi recentemente convidado pelo IASB para participar em trabalhos conjuntos IASB / FASB com vista à convergência dos estudos e trabalhos destes grandes pilares da contabilidade.

As críticas ao trabalho do EFRAG têm sido cada vez maiores por parte dos interessados nesta temática, em virtude do trabalho do EFRAG se centralizar a protestar ou opinar sobre projectos de normas e documentos de ponderação do IASB.

A transposição das Normas Internacionais de Informação Financeira (NIIF) e as questões relacionadas com o mecanismo do endosso das normas, ocupa todo o tempo disponível dos intervenientes deste organismo, não deixando tempo para exercer uma influência proactiva na definição de regulamentação como era desejável.

Assim o desempenho do EFRAG como influência Europeia na constituição de normas é considerado fraco por alguns observadores assim como a elevada complexidade da infra-estrutura europeia da informação financeira também é apontada como obstáculo para o debate transparente sobre o desenvolvimento das normas.

## **2.2. Modo de funcionamento do EFRAG**

O EFRAG começou por ser formado por uma pequena equipa constituída por dois gestores de projecto a tempo inteiro, um assistente administrativo e um secretário-geral. Mas já em 2004 expandiu-se com a contratação de mais três gestores de projecto, e desde aí tem vindo a crescer dada a complexidade e exigência das matérias contabilísticas.

O EFRAG opera através de um grupo de peritos técnicos (TEG), o que torna as suas decisões dotadas de independência e transparência do Conselho de Fiscalização e de todos os outros interesses. Os onze membros votantes da TEG têm diversas origens e foram seleccionados a partir de toda a Europa pelo conselho de fiscalização apoiado pela Comissão Europeia.

O TEG criou grupos de trabalho para prestar assessoria técnica à Comissão Europeia sobre as seguintes áreas especializadas:

- contabilidade de Seguros;
- instrumentos Financeiros;
- *joint Venture Accounting*;
- pequenas e médias empresas (PME);
- serviços de Concessão;
- investimentos de capital de risco.

Estes grupos de trabalho são constituídos por profissionais da contabilidade, professores, preparadores e utentes das demonstrações financeiras. Os candidatos são normalmente de áreas geográficas diferentes e podem candidatar-se directamente para a TEG ou para qualquer outro organismo fundador.

Os presidentes francês, alemão e britânico não são membros votantes da TEG, mas são representantes da Comissão Europeia frequentando as reuniões como observadores.

Os peritos técnicos dispõem de trinta a cinquenta por cento do seu tempo a trabalhar para o EFRAG onde se inclui as reuniões que se realizam três vezes por mês para discutir as normas e as interpretações emanadas pelo IASB.

Estas reuniões da TEG são participadas pelos membros do Conselho Europeu, membros do IASB e altos funcionários desta temática que se reúnem regularmente para discutir e comentar as normas e interpretações propostas pelo IASB numa fase precoce.

Destas reuniões são expedidos relatórios dos grupos de trabalho que são publicados no site do EFRAG e na sua revista anual.

Os grupos de trabalho da TEG incluindo o presidente fornecem o seu tempo sem encargos para o EFRAG.

Em finais de 2004 o órgão de fiscalização do EFRAG concluiu um conjunto de medidas para melhorar as actividades do EFRAG que salientamos:

- a designação de um presidente da TEG a trabalhar a tempo inteiro no projecto;
- abertura das reuniões da TEG ao público em geral;



- expansão de níveis de pessoal;
- melhoramento do processo de organização da opinião;
- organizar um fórum Consultivo;
- desenvolvimento dos grupos de especialistas em áreas chave;
- convidar os *National Standard Setters* para participar no TEG;
- alargamento do processo de consulta;
- passar as reuniões do TEG para três dias por mês;
- definir as posições divergentes dos vários intervenientes;
- publicação das opiniões divergentes da TEG de modo a dar a conhecer as opiniões diferentes da maioria;
- publicação de um sumário/resumo das reuniões mensais do TEG;
- redesenhar o site do EFRAG de modo que as cartas recebidas, convites para comentários, rascunhos e resumos de reuniões da TEG estejam sempre acessíveis aos interessados.

Com o Regulamento 1606/2002 que obriga todas as empresas Europeias com valores cotados a aplicar as IFRS a partir de 2005 nas suas demonstrações financeiras consolidadas o EFRAG cumpre o seu papel de aconselhamento técnico da Comissão Europeia antes de ocorrer o processo de endosso das normas.

Além de obter aconselhamento junto de EFRAG, a Comissão Europeia procura conselhos dos Estados-Membros através do ARC, onde EFRAG participa como observador oficial.

O EFRAG também tem estatuto de observador nos grupos de trabalho do IASB nas seguintes matérias:

- Instrumentos Financeiros;
- Seguros;
- Grupo de Alto Nível sobre instrumentos financeiros;
- Cobertura de Taxa de juro;
- Relatórios de Desempenho de Gestão;
- PME.

### **2.3. Financiamento do EFRAG**

Os fundadores acordaram em garantir o financiamento autónomo do EFRAG através do pagamento de quotizações anuais. É frequente que uma organização independente tente obter os financiamentos necessários ao seu funcionamento, recorrendo a quotizações dos seus membros, sem que este modo de financiamento seja considerado como uma discriminação financeira.

Em 2002 aquando da sua constituição o presidente do EFRAG deparou-se com a intenção de algumas organizações financiarem este organismo, no entanto a Comissão Europeia no respeito da independência do EFRAG, tenciona assegurar que todas as partes interessadas na informação financeira tenham a possibilidade de expressão de forma válida nos domínios da sua competência.

Para o efeito, o EFRAG comprometeu-se a que as ordens de trabalhos, as actas das reuniões do Comité técnico contabilístico, as suas propostas e convites, e os seus comentários sejam tornados públicos, de forma a que qualquer pessoa interessada possa pronunciar-se e comunicar o seu ponto de vista.

Se quisermos influenciar o rumo futuro das normas contabilísticas temos que rever o financiamento do EFRAG. Se não aumentarmos o financiamento corremos o risco dos Estados Unidos o fazerem, através por exemplo de uma taxa sobre as

empresas cotadas e perdemos poder de influência, por isso é importante que a Europa trabalhe em estreita colaboração com as diferentes partes envolvidas.

## **2.4. Trabalhos desenvolvidos**

O mecanismo do endosso é um dos trabalhos do EFRAG que lhes ocupa a maior parte do tempo, ou a reagir a projectos de normas e a documentos de reflexão do IASB ou a tecer os comentários e pareceres para a Comissão Europeia inerentes ao processo.

Com o Regulamento 1606/2002 (CE) do Parlamento Europeu e do Conselho que adopta as normas internacionais de contabilidade, as sociedades devem elaborar as suas contas consolidadas, de acordo com estas normas. As IAS/IFRS vigentes em 14 de Setembro de 2002, foram adoptadas nos termos do Regulamento (CE) nº 1725/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho. Posteriormente, sucederam-se vários Regulamentos a introduzir as alterações emanadas pelo IASB e IFRIC, no sentido de adoptar integralmente todas as normas e interpretações na Comunidade até 15 de Outubro de 2008.

As várias normas internacionais, foram adoptadas no âmbito de diversos Regulamentos, o que concebe insegurança jurídica e dificulta a correcta aplicação das normas internacionais de contabilidade na CE. Assim, surge o Regulamento (CE) nº 1126/2008 de 3 de Novembro de 2008, que substitui o Regulamento (CE) nº 1725/2003 de 21 de Setembro de 2003, no sentido de simplificar a legislação comunitária no tocante a este assunto. Agrupando num único texto as normas do Regulamento nº 1725/2003 e respectivos acrescentos ou modificações, torna o endosso mais simples, claro e transparente.

O resumo do processo descrito pode ser visto na figura 1 – Adopção das IAS/IFRS<sup>1</sup>, podendo o processo do endosso das normas na CE, dividir-se em dois grandes blocos:

- até de 3 de Novembro de 2008;
- após 3 de Novembro de 2008.

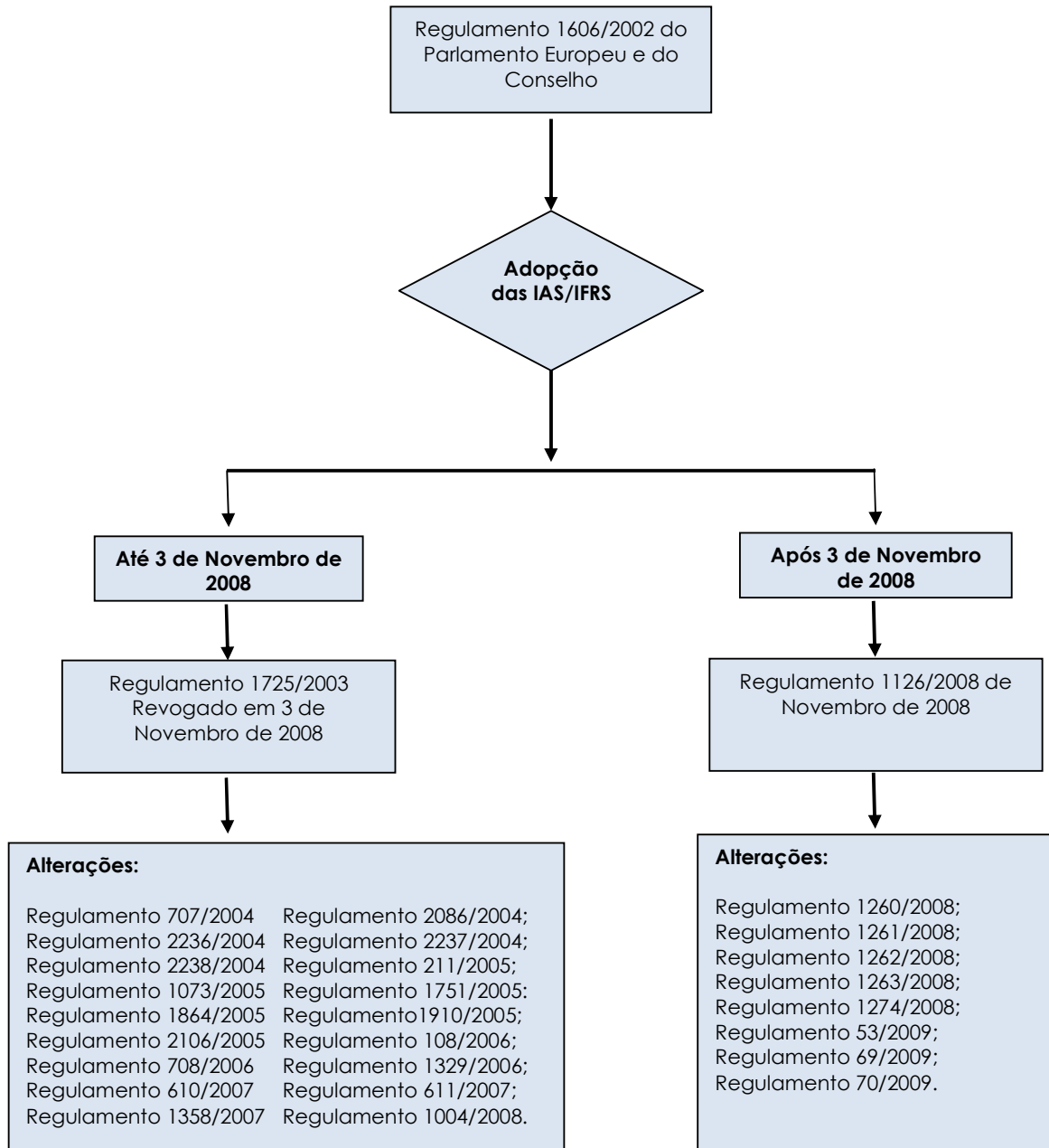


Figura 1-Adopção das IAS/IFRS<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Fonte: Elaboração própria.

O Regulamento 1725/2003 da Comissão Europeia transpõe para a Comunidade as normas e interpretações vigentes em 14 de Setembro de 2002 tendo em conta o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho. A Comissão Europeia após apreciar os pareceres do EFRAG, concluiu que as IAS/IFRS vigentes nesta data, satisfazem os requisitos estabelecidos para a sua adopção, mencionados no artigo 3 do Regulamento (CE) 1606/2002. Este artigo exige que as normas a adoptar não sejam contrárias aos princípios estabelecidos nas directivas, e equivalem ao pretendido pelo interesse público Europeu. Para além disso satisfazem os critérios de inteligibilidade, relevância, fiabilidade e comparabilidade, requisitos imprescindíveis para a avaliação, por parte dos investidores, da gestão e para a tomada de decisões económicas.

Como o Regulamento (CE) 1606/2002 requer que as sociedades, cujos títulos estão admitidos à cotação e sujeitos à legislação dos Estados-Membros, após 1 de Janeiro de 2005, elaborem as suas contas consolidadas em conformidade com as IAS/IFRS, a Comissão Europeia com o Regulamento 1725/2003 da CE dá início ao mecanismo de endosso das IAS/IFRS.

A Comissão Europeia apreciou os actuais projectos de melhoria das normas existentes, cabendo ao EFRAG novamente o papel de aconselhamento, com emissão de pareceres necessários à adopção das mesmas. A Comissão Europeia neste Regulamento adopta as normas existentes até então ou seja em 14 de Setembro de 2002, com excepção dos casos das IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Divulgação e Apresentação e da IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e um reduzido número de interpretações ligadas a estas normas, a SIC 5 Classificação de Instrumentos Financeiros - Cláusulas de Liquidação Contingente, SIC 16 Capital em Acções - Instrumentos de Capital Próprio Readquiridos (Acções Próprias) e SIC 17 Capital Próprio - Custos de uma Transacção de Capital Próprio.

A existência de normas de elevada qualidade relativas aos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos derivados, é relevante para os mercados de capitais da Comunidade Europeia. No entanto, nos casos das IAS 32 e 39, é possível que as alterações actualmente em apreciação venham a ser muito profundas, pelo que não se justifica a sua adopção nesta fase inicial. A Comissão Europeia considerará se haverá carácter de urgência nas melhorias às normas agora pendentes de transposição assim como as melhorias às normas para revisão e ponderará a sua adopção, nos termos do Regulamento (CE) nº 1606/2002 com a maior brevidade, dada a importância em termos de mercados financeiros.

O Regulamento CE 707/2004 da Comissão Europeia de 6 de Abril de 2004, veio alterar o disposto no Regulamento CE 1725/2003 no que concerne à *Standing Interpretation Committee* (SIC) – 8 “Primeira aplicação das IAS como a base primária de contabilidade”. Esta interpretação veio clarificar a aplicação retrospectiva, na maior parte dos domínios contabilísticos, como se as demonstrações financeiras fossem preparadas e apresentadas de acordo com as normas de contabilidade IAS/IFRS em vigor para os períodos da publicação. No entanto e para facilitar a adopção da normas IAS/IFRS o IASB decidiu substituir a SIC 8 pela IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, onde salienta a obrigatoriedade das empresas respeitarem cada uma das IAS, e as respectivas interpretações em vigor aquando dessa primeira aplicação. Há isenções deste requisito, que se prendem com o facto dos custos para a sua aplicação excederem os benefícios, ou por razões de impossibilidade de ordem prática por se tornar excessivamente trabalhoso.

A comparabilidade deve ser assegurada segundo a IFRS 1, ao longo dos exercícios de uma empresa que adopte pela primeira vez as Normas, como entre empresas que adoptem as IFRS numa determinada data, isto porque as empresas têm que apresentar as demonstrações financeiras do ano corrente segundo as normas vigentes aquando da primeira aplicação das IAS como também do ano comparativo (ano anterior) que também tem que ser transposto para as normas IAS/IFRS em vigor na data da aplicação pela primeira vez.

O processo de Consultas junto dos peritos técnicos do EFRAG permitiu confirmar que as normas e interpretações subjacentes a este tema estão conforme o interesse público europeu, e por este facto em consonância com o Regulamento 1606/2002 e de aplicação obrigatória a todos os estados membros.

Em 17 de Dezembro de 2003, o IASB publicou a IAS 39 revista, Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração, por sua iniciativa e no conjunto de quinze normas aperfeiçoadas com o intuito de serem utilizadas pelas empresas que venham a adoptar o Regulamento 1606/2002 em 2005. O objectivo destas revisões e aperfeiçoamentos, consistia no reforço da qualidade e coerência das IAS existentes e que foram adoptadas em 2002.

Em 31 de Março de 2004, no que concerne ao sistema de contabilização de cobertura pelo justo valor, nomeadamente à cobertura do risco da taxa de juro associado a uma carteira, o IASB, emitiu mais uma alteração à IAS 39 Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração. Genericamente, o objectivo consiste em simplificar a aplicação da IAS, permitindo que o sistema de contabilização de cobertura pelo justo valor abranja a cobertura do risco da taxa de juro de uma carteira.

Era objectivo da Comissão Europeia, estabelecer uma plataforma estável de normas internacionais de contabilidade, a partir de 1 de Janeiro de 2005, altura da sua aplicabilidade. No entanto, algumas posições importantes da IAS 39 continuam a ser objecto de debates, não reunindo consenso no seu conteúdo entre o IASB, Banco Central Europeu, entidades Bancárias e entidades de supervisão.

Como o objectivo é introduzir a IAS 39 em 1 de Janeiro de 2005, foram excepcionadas estas disposições, introduzindo a opção de mensuração pelo justo valor de todos os activos e passivos financeiros, sem quaisquer limitações. No entanto, a seguir o IASB publicou um *Exposure Draft* (um documento de consulta), que propõe uma alteração à IAS 39, com o objectivo de limitar o âmbito da opção relativa ao justo valor contida na norma.

A alteração proposta, responde directamente a preocupações expostas pelo Banco Central Europeu, pelas autoridades de supervisão e de regulamentação do mercado de valores mobiliários dos Estados-Membros, que receiam que a opção relativa ao justo valor possa ser utilizada de modo não adequado, em especial no caso dos passivos de uma empresa. A Comissão Europeia aconselhada pelo EFRAG, considera que estas questões são importantes e que requerem um exame mais aprofundado.

A opção da contabilização na íntegra pelo justo valor, não deve ser aplicada enquanto o IASB não tiver desenvolvido uma solução para esta questão, e a Comissão Europeia de acordo com os pareceres do EFRAG não reconhecer, que a solução encontrada é adequada para solucionar a questão. Dado a aplicação integral do justo valor ser apenas uma opção, as disposições relativas a esta opção são claramente distintas e separáveis de outras partes da norma.

Muitos bancos europeus, reportam o facto da IAS 39 não ter em conta o modo como eles asseguram a sua gestão dos activos/passivos, em especial num contexto de taxas de juro fixas, relativamente à contabilização da cobertura. A polémica prende-se com a limitação da contabilização de cobertura ou baseadas nos fluxos de tesouraria ou no justo valor, e com os requisitos restritos à eficácia dessas coberturas. A IAS 39 não lhes permite aplicar a contabilização da cobertura aos seus principais depósitos a nível da carteira e força-os a introduzir alterações exageradas e onerosas, tanto na sua gestão de activos/passivos como no seu sistema contabilístico. Argumentam que a cobertura da carteira é diferente da cobertura de um único activo ou de um único passivo.

Como não houve consenso foi criado um grupo de trabalho, com carácter de prioridade, e está a examinar as propostas apresentadas pelos bancos europeus, quanto à introdução na IAS 39 de um novo método de contabilização de cobertura. Por conseguinte, esta parte da norma não é endossada passando para um futuro próximo a sua adopção.



Por constituir um elemento primário, no conjunto das normas a aplicar pelas empresas em 2005, uma norma contabilística sobre o tratamento dos instrumentos financeiros constitui objectivo final que a norma seja adoptada na totalidade pela Comissão Europeia. Deste modo, a Comissão Europeia procederá à revisão da aplicabilidade da IAS 39, logo que tenham sido alteradas pelo IASB, as disposições referentes à opção relativa ao justo valor, e à contabilização de cobertura. Está em fase de elaboração, pelo IASB, Banco Central Europeu e autoridades de supervisão bancária, uma solução quanto à opção relativa à aplicação integral do justo valor. Por conseguinte, a Comissão Europeia junto com os seus membros de aconselhamento (EFRAG) acompanhará de perto estes trabalhos em curso e procederá regularmente ao exame da aplicabilidade da norma.

Esta adopção da IAS 39 (sem as partes polémicas) implica assim alterações às IAS 12, 18, 19, 30, 36 e 37 e à SIC-37, adoptadas pelo Regulamento CE 1725/2003, e agora rectificadas como o Regulamento CE 2086/2004.

Um novo processo de consulta junto do EFRAG, confirmou que as novas IFRS e as IAS revistas, as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) 3, 4 e 5, e duas normas revistas, as IAS 36 e 38, respeitavam os critérios técnicos para a sua adopção, previstos no artigo 3 do Regulamento CE 1606/2002, e, em especial, o requisito que corresponderem ao interesse público europeu. Essas novas normas, endossadas pelo Regulamento 2236/2004 da Comissão Europeia de 29 de Dezembro de 2004, completam a plataforma sólida, isto é, o conjunto de normas que as empresas cotadas da União Europeia terão de aplicar na elaboração das suas contas consolidadas a partir de 1 de Janeiro de 2005. O objectivo genérico consiste em reforçar a qualidade das normas internacionais de contabilidade, bem como aumentar o grau de convergência das normas de contabilidade a nível mundial.

Com o Regulamento CE, 2237/2004 da Comissão Europeia de 29 de Dezembro de 2004 é inserido a norma internacional de contabilidade 32, Instrumentos Financeiros: Divulgações e Apresentação assim como a norma de Interpretação

IFRIC 1, Alterações em Retirada de Serviço, Restauração e Passivos Semelhantes Existentes.

No quadro da iniciativa do IASB destinada a aperfeiçoar quinze normas a tempo de serem utilizadas pelas empresas que venham a adoptar as IAS, pela primeira vez, em 2005, o IASB, em 17 de Dezembro de 2003, publicou IAS 32 revista Instrumentos Financeiros: Divulgações e Apresentação. A IAS 32 estabelece os princípios de base para a classificação dos instrumentos como elementos do passivo ou do capital próprio. Aquando da classificação dos instrumentos como elementos do passivo ou do capital próprio, a entidade deve ter em conta todas as condições previstas no contrato respectivo. Com o Regulamento citado a União Europeia adopta esta nova revisão.

Mais um trabalho de consulta do EFRAG, e que deu origem ao Regulamento CE 2238/2004 de 29 de Dezembro, onde os peritos técnicos na matéria, confirmam que as IAS revistas, respeitavam os critérios técnicos relativos à adopção, previsto no Regulamento IAS 1606/2002, e correspondem ao interesse público europeu. Em geral, os objectivos deste projecto, que visam o reforço qualitativo, consistiram em reduzir ou eliminar alternativas, redundâncias e conflitos existentes nas normas. Há um esforço de tratar certas questões relevantes para efeitos de convergência das normas e em melhorar a estrutura das IAS existentes. Além disso, o IASB decidiu incluir as interpretações existentes nas normas objecto de aperfeiçoamento, com o objectivo de reforçar a transparência, a coerência e a inteligibilidade das normas.

O IASB publicou treze normas internacionais de contabilidade revistas e notificou a eliminação da IAS 15 — Informação reflectindo os efeitos das variações de preços. O objectivo desta revisão consistiu num reforço da qualidade e da coerência do conjunto das normas internacionais de contabilidade existentes como foi referido e agora está a ser transposto pelo referido Regulamento.

A adopção das normas constantes deste processo de melhorias implica, como consequência, a alteração de outras normas internacionais de contabilidade e de interpretações, a fim de assegurar a coerência entre as normas. As alterações

daí resultantes têm impacto sobre a IFRS 1 e as IAS 7, 12, 14, 19, 20, 22, 23, 29, 30, 34, 35, 36, 37, 38 e 41 e as interpretações 7, 12, 13, 21, 22, 25, 27 e 32 do SIC. Com a adopção destas normas, as interpretações 1, 2, 3, 6, 11, 14, 18, 19, 20, 23, 24, 30 e 33 da SIC passam a ser redundantes.

A adopção da IFRS 2 é feita com o Regulamento 211/2005 da Comissão Europeia de 4 de Fevereiro de 2005, onde os peritos técnicos mais uma vez dão o seu aval em como está de acordo com as normas impostas pelo Regulamento IAS. O IASB publicou a IFRS 2 Pagamento com Base em Acções. A IFRS 2 exige, pela primeira vez, que as empresas reflectam nas suas demonstrações de resultados os efeitos das transacções de pagamento com base em acções, incluindo os gastos associados a transacções em que são concedidas opções sobre acções aos membros da direcção e aos empregados. As transacções no quadro das quais eram anteriormente concedidas opções sobre acções aos empregados não eram reconhecidas nas demonstrações de resultados das empresas, sendo todavia incluídas nas notas sem impacto a nível dos resultados dos mapas apresentados aos mercados de capitais.

A norma não particulariza que modelos de avaliação devem ser seguidos, limita-se a descrever as condições que devem, no mínimo, ser tidos em conta no cálculo do justo valor dos pagamentos com base em acções. Isto acontece para não dificultar o desenvolvimento de técnicas de medição adequadas, inexistentes até ao presente para todas as formas de pagamentos com base em acções. É possível que venham a ser desenvolvidos novos métodos alternativos no futuro, de modo a que tenham em conta as necessidades das empresas, dos revisores oficiais de contas e dos investidores. Em especial, as empresas admitidas recentemente à cotação ou as empresas sem uma experiência suficiente poderão ter dificuldade em estimar as cotações futuras das acções.

A Comissão Europeia registou as críticas expressas sobre a complexidade da IFRS 2 Pagamento com Base em Acções, provenientes de diversas partes envolvidas no processo de consulta. A Comissão Europeia está consciente dos restantes problemas técnicos envolvidos nesta norma e das preocupações conexas

quanto ao seu impacto económico. Tendo em conta o seu impacto potencial, nomeadamente sobre os regimes de opções sobre acções concedidas aos empregados, e as eventuais implicações a nível da competitividade das empresas da União Europeia, a Comissão Europeia reconhece que a respectiva aplicação deve ser objecto de acompanhamento regular. No entanto, a respectiva adopção revela-se do interesse dos mercados de capitais e dos investidores europeus. Por conseguinte, a Comissão Europeia acompanhará os efeitos futuros da IFRS 2 a nível das empresas europeias e apreciará a aplicabilidade da norma, o mais tardar, em Julho de 2007.

Com o Regulamento CE 1073/2005 da Comissão Europeia de 7 de Julho de 2005, é inserido o texto da Interpretação IFRIC 2 Acções dos Membros em Entidades Cooperativas e Instrumentos Semelhantes foi publicada em 25 de Novembro de 2004 pelo IASB. Essa interpretação clarifica o facto de a classificação, das acções de membros como elementos do passivo ou do capital próprio, depender das características dessas acções, em especial das condições de resgate.

Houve necessidade desta interpretação na sequência de debates bilaterais, realizados com representantes do sector cooperativo e devido a um pedido, apresentado pela Comissão Europeia, o IASB convidou o seu International Financial Reporting Interpretation Committee a elaborar uma interpretação destinada a facilitar a aplicação da IAS 32 revista.

Esta alteração deve produzir efeitos, a partir do exercício financeiro das sociedades que começar em ou após 1 de Janeiro de 2005, excepcionalmente, o que corresponde a um momento anterior à publicação do presente regulamento. A aplicação retrospectiva tem uma justificação excepcional, dado permitir que as cooperativas elaborem as contas de acordo com a IAS 32, segundo a interpretação estabelecida na IFRIC 2, e dado as sociedades em causa poderem já ter legitimamente previsto essa aplicação aquando da adopção da IAS 32.

Mais uma vez o processo de consulta dos peritos técnicos no domínio, confirmou o facto de a Interpretação IFRIC 2 Acções dos Membros em Entidades Cooperativas e Instrumentos Semelhantes respeitar, os critérios técnicos de adopção previstos no nº 2 do artigo 3.º do Regulamento (CE) 1606/2002.

Com o objectivo de introduzir uma emenda à IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração — Transição e Reconhecimento Inicial dos Activos e Passivos Financeiros, em 17 de Dezembro de 2004, o IASB publicou este acrescento, como parte da iniciativa do IASB destinada a facilitar a transição para as IAS/IFRS por parte das empresas europeias, em especial as registadas na *American Securities and Exchange Commission*. Esta melhoria autoriza, não requerendo todavia, que as entidades adoptem uma abordagem para a transição que é de aplicação mais fácil do que a da versão anterior da IAS 39 e permite que as entidades eliminem quaisquer diferenças de conciliação entre as normas do IASB e as GAAP dos EUA.

Em 11 de Novembro de 2004, o IASB emitiu uma melhoria à interpretação IFRIC da SIC 12 - âmbito da SIC12; Consolidação — Entidades de Finalidades Especiais. A melhoria abrange a actual exclusão do âmbito da SIC12 dos planos de benefícios pós-emprego e dos planos de remuneração em capital próprio (SIC-12.6). O objectivo da emenda do âmbito consiste em assegurar a coerência com os requisitos da IAS 19 Benefícios dos Empregados e em introduzir emendas consequentes requeridas pela adopção recente da IFRS 2 - Pagamento com Base em Acções.

O endosso desta interpretação é consumado pelo Regulamento 1751/2005 da Comissão Europeia de 25 de Outubro de 2005 porque a Comissão concluiu que a norma alterada e a interpretação alterada respeitam os critérios estabelecidos no nº2 do artigo 3.º do Regulamento (CE) nº 1606/2002. O processo de consulta junto dos peritos técnicos na matéria corrobora igualmente o facto de ambas as emendas respeitarem os critérios técnicos de adopção. Estas alterações também têm efeitos retroactivos.

O Regulamento CE nº 1864/2005 da Comissão Europeia de 15 de Novembro de 2005, introduz acrescentos à IAS 39 e, consequentemente, correcções na IFRS 1 e na IAS 32, a fim de assegurar a coerência entre as normas contabilísticas em causa.

À luz da nova abordagem baseada em princípios aplicável à opção pelo justo valor e na sequência da necessidade de o primeiro conjunto de demonstrações financeiras e das respectivas informações comparativas, apresentados pelas empresas que adoptam pela primeira vez as normas, serem significativos, é adequado prever a aplicação retrospectiva deste regulamento a partir de 1 de Janeiro de 2005.

Em 17 de Dezembro de 2003, o IASB, publicou a IAS 39 revista, Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, no quadro da iniciativa do IASB destinada a aperfeiçoarem quinze normas a tempo de serem utilizadas por empresas que venham a adoptar as IAS, pela primeira vez, em 2005. O objectivo da revisão consiste no reforço da qualidade e da coerência do conjunto das IAS existentes.

A IAS 39 revista, introduz a opção que permite às entidades identificarem, a título irrevogável e aquando do reconhecimento inicial, qualquer activo ou passivo financeiro como devendo ser mensurado pelo justo valor com os respectivos ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração de resultados. No entanto, o Banco Central Europeu, as autoridades de supervisão prudencial representadas no Comité de Basileia e as autoridades de regulamentação do mercado de valores mobiliários exprimiram a preocupação de que pudesse ser utilizada indevidamente a opção da contabilização pelo justo valor sem restrições, em especial relativamente a instrumentos financeiros referentes aos passivos de uma empresa.

O IASB reconheceu esta preocupação, tendo, por conseguinte, publicado, em 21 de Abril de 2004, um *Exposure Draft*, projecto para consulta, que propõe uma

alteração à IAS 39, com o objectivo de limitar o âmbito da opção pelo justo valor.

Com o objectivo de dispor de orientações contabilísticas relevantes sobre instrumentos financeiros a tempo de serem aplicadas em 2005, a Comissão Europeia adoptou a IAS 39 com excepção de certas disposições relativas à opção da contabilização integral pelo justo valor e à contabilidade de cobertura, através do Regulamento CE nº 2086/2004 da Comissão Europeia, de 19 de Novembro de 2004, que altera o Regulamento CE 1725/2003, que adopta certas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento CE nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito à inserção da IAS 39. A Comissão Europeia considerou esta exclusão como tendo um carácter excepcional e temporário, na pendência da resolução das questões em suspenso através de novas consultas e debates.

À luz das observações recebidas relativamente ao *Exposure Draft* publicado em 21 de Abril de 2004 e na sequência dos debates realizados, em especial, com o BCE e o Comité de Basileia, bem como de uma série de reuniões de trabalho com as partes interessadas realizada em Março de 2005, o IASB publicou, em 16 de Junho de 2005, Emendas à IAS 39, Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, Opção pelo Justo Valor.

A aplicação da IAS 39 revista Opção pelo Justo Valor, é limitada a situações em que tal resulte em informações mais relevantes, dado eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência a nível da mensuração ou do reconhecimento, falta de balanceamento contabilístico, ou aos casos em que um grupo de activos financeiros, um grupo de passivos financeiros ou um grupo constituído por ambos é gerido de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento. Além disso, a opção pelo justo valor revista permite que a totalidade de um contrato que contenha um ou mais derivados embutidos seja considerado, em certas circunstâncias, como um activo financeiro ou um passivo financeiro a ser contabilizado pelo justo valor na demonstração dos resultados. Por conseguinte, a aplicação da opção pelo justo

valor revista limita-se aos casos em que devem ser respeitados certos princípios ou em que se verifiquem certas circunstâncias. Por último, a aplicação deve ser apoiada por uma divulgação adequada.

Por conseguinte, devem ser inseridas as disposições relativas à aplicação da opção pelo justo valor aos passivos financeiros, que foram excluídas no âmbito do Regulamento nº 2086/2004. Além disso, a opção da contabilização integral pelo justo valor relativamente aos activos financeiros, adoptada pelo Regulamento CE nº 2086/2004, deve igualmente ser objecto de uma abordagem baseada em princípios.

O IASB reconhece que, para efeitos de supervisão prudencial, a norma revista não impede que as autoridades de supervisão prudencial avaliem a exactidão das práticas de mensuração pelo justo valor de uma instituição financeira regulamentada e a solidez das suas estratégias, políticas e práticas de gestão do risco subjacentes e que tomem medidas adequadas. Além disso, o IASB considera que certas divulgações auxiliariam as autoridades de supervisão prudencial na sua avaliação dos requisitos de capital. Tal é especialmente o caso no que diz respeito ao reconhecimento dos eventuais ganhos decorrentes da deterioração da qualidade do crédito da própria entidade, cuja análise deve ser aprofundada no contexto de um aperfeiçoamento da IAS 39. A Comissão Europeia acompanhará assim os efeitos futuros das Emendas à IAS 39, Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, Opção pelo Justo Valor e examinará a sua aplicação no âmbito do reexame mencionado no artigo 10.o do Regulamento 1606/2002.

A adopção das emendas à IAS 39 implica, deste modo, a introdução de emendas na norma internacional de relato financeiro (IFRS) 1 e na IAS 32, a fim de assegurar a coerência entre as normas contabilísticas em causa. À luz da nova abordagem baseada em princípios aplicável à opção pelo justo valor e na sequência da necessidade de o primeiro conjunto de demonstrações financeiras e as respectivas informações comparativas, apresentados pelas empresas que adoptam pela primeira vez as normas, serem mais significativos, é adequado



prever a aplicação retrospectiva deste regulamento a partir de 1 de Janeiro de 2005.

O processo de consulta, mais uma vez, junto dos peritos técnicos na matéria confirma que as emendas à IAS 39, Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, Opção pelo Justo Valor respeitam os critérios técnicos de adopção previstos no artigo 3.º do Regulamento CE nº 1606/2002 e, em especial, o requisito de corresponderem ao interesse público europeu.

Em 8 de Novembro de 2005, surge o Regulamento CE nº 1910/2005 da Comissão Europeia, devido às seguintes alterações:

Em 9 de Dezembro de 2004, o IASB publicou a IFRS 6, Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, como solução intercalar para que as entidades deste sector possam assegurar a sua conformidade com as IFRS, sem necessidade de introduzirem alterações importantes nas suas práticas contabilísticas. A IFRS 6 dispensa as entidades que suportam despesas de exploração e avaliação de observarem alguns requisitos de outras IFRS.

Em circunstâncias específicas, essas entidades podem manter o seu tratamento contabilístico das despesas de exploração e avaliação. A norma inclui orientações adicionais quanto aos indicadores de imparidade aplicáveis aos activos objecto de exploração e avaliação e ao teste de imparidade desses activos.

Em 16 de Dezembro de 2004, o IASB emitiu outra alteração à IAS 19 Benefícios dos Empregados, na qual é introduzida uma nova opção quanto ao reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais de planos de pensões de prestações definidas. Assim passou a permitir-se o reconhecimento total de ganhos e perdas actuariais numa demonstração ganhos e perdas reconhecidos (Statement of Recognised Income and Expense) distintos da demonstração de resultados, ou seja, os ganhos e perdas actuariais podem ser reconhecidos directamente nos capitais próprios.

A alteração específica igualmente, o modo como as entidades do grupo devem contabilizar os planos de grupo de prestações definidas nas suas demonstrações financeiras separadas e requer a prestação de informações adicionais.

Em 2 Dezembro de 2004, o IASB publicou a IFRIC 4 Determinar se um Acordo contém uma Locação.

Esta interpretação estabelece os critérios para determinar se um acordo constitui um contrato de locação ou contém um contrato desse tipo, como por exemplo no caso de certos contratos de compra firme (*take-or-pay*). A IFRIC 4 clarifica em que circunstâncias estes acordos, que não assumem a forma jurídica de locações, devem, todavia, ser contabilizados de acordo com a IAS 17 Locações. Em 16 de Dezembro de 2004, o IFRIC publicou a IFRIC 5 Direitos a Interesses resultantes de Fundos de Descomissionamento, Restauração e Reabilitação Ambiental. Esta interpretação estabelece o modo como um participante deve contabilizar a sua participação num fundo, bem como as contribuições adicionais que venha a realizar.

O processo de consulta, junto dos peritos técnicos na matéria permite confirmar que a IFRS 6, a IAS 19 e as IFRIC 4 e 5 respeitam os critérios técnicos de adopção estabelecidos no nº 2 do artigo 3.º do Regulamento CE nº 1606/2002.

O Regulamento CE nº 2106/2005 da Comissão Europeia, de 21 de Dezembro de 2005, transpõe mais uma vez, melhorias relativas à IAS 39. A Comissão adoptou a IAS 39 com excepção de certas disposições relativas à opção da contabilização integral pelo justo valor e à contabilidade de cobertura, através do Regulamento CE n.º 2086/2004 da Comissão Europeia, de 19 de Novembro de 2004, que altera o Regulamento CE n.º 1725/2003, que adopta certas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito à inserção da IAS 39.

A Comissão Europeia adoptou a norma IAS 39 aperfeiçoada no que diz respeito à opção da contabilização pelo justo valor com limitação, através do Regulamento CE nº 1864/2005 da Comissão Europeia. Em 14 de Abril de 2005, o

IASB publicou uma alteração da IAS 39 que permite às entidades designarem, em certas circunstâncias, uma transacção intragrupo prevista, denominada numa moeda estrangeira, como um item coberto nas demonstrações financeiras consolidadas. A consideração do risco cambial de uma transacção intragrupo prevista como um item coberto constitui uma prática corrente de gestão do risco, embora a actual IAS 39 não permitisse a contabilidade de cobertura nestes casos. Ao abrigo da actual IAS 39, apenas uma transacção externa à entidade pode ser classificada como um item coberto.

O processo de consulta junto dos peritos técnicos do EFRAG permitiu confirmar que as alterações à IAS 39 respeitam os critérios técnicos relativos à adopção, previstos no artigo 3.º do Regulamento CE nº 1606/2002.

Outro processo de consulta dos peritos técnicos no domínio confirmou o facto de as IFRS 1, IFRS 4, IFRS 7, IAS 1, IAS 39 e IFRIC 6 respeitarem os critérios técnicos de adopção previstos no n.º 2 do artigo 3 do Regulamento CE nº 1606/2002, surgindo o Regulamento CE nº 108/2006 da Comissão Europeia de 11 de Janeiro de 2006.

O IASB, em 30 de Junho de 2005, emitiu correcções à IFRS 1 Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e às bases para conclusões da IFRS 6 Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, a fim de clarificar a redacção da excepção prevista para as sociedades que adoptem pela primeira vez as IFRS e que decidem adoptar a IFRS 6 antes de 1 de Janeiro de 2006.

Em 18 de Agosto de 2005, o IASB publicou a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações. Esta norma introduz novos requisitos destinados a melhorar as informações sobre os instrumentos financeiros que são facultadas nas demonstrações financeiras das entidades e substitui a IAS 30 Divulgações nas Demonstrações Financeiras de Bancos e de Instituições Financeiras Similares e alguns dos requisitos da IAS 32 Instrumentos Financeiros: Divulgação e Apresentação.

Em 18 de Agosto de 2005, o IASB emitiu igualmente uma melhoria à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras - Informações a prestar em matéria de capital, que introduz requisitos em matéria de divulgação relativamente à estrutura de capital das entidades, e ainda na mesma data, o IASB emitiu correcções à IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e à IFRS 4 Contratos de Seguros — Contratos de Garantia Financeira. As emendas destinam-se a assegurar que os emitentes de contratos de garantia financeira incluam os passivos daí resultantes no respectivo balanço.

Em 1 de Setembro de 2005, o IFRIC publicou a Interpretação IFRIC 6 Passivos decorrentes da participação em mercados específicos — Resíduos de equipamento eléctrico e electrónico. A IFRIC 6 clarifica a contabilização de passivos decorrentes de custos de gestão de resíduos.

Com a introdução do Regulamento 708/2006 de 8 de Maio 2006, introduz-se no seio da Comunidade a IFRIC 7 e as emendas à IAS 21. Em 24 de Novembro 2005, o IASB publicou a Interpretação IFRIC 7, Aplicação da Abordagem pela reexpressão segundo a IAS 29 Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias. A IFRIC 7 especifica os requisitos previstos na IAS 29 Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias referentes às questões com que as empresas se confrontam em relação ao modo como devem voltar a expressar as suas demonstrações financeiras, ao abrigo da IAS 29, no primeiro ano em que for identificada a existência de hiper inflação na economia da sua moeda funcional.

Em 15 de Dezembro de 2005, o IASB emitiu uma Emenda à IAS 21 Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio – Investimento Líquido numa Unidade Operacional Estrangeira, a fim de especificar os seus requisitos em relação ao investimento numa unidade operacional estrangeira de uma entidade. As empresas manifestaram preocupações no que diz respeito a empréstimos que fazem parte do seu investimento numa unidade operacional estrangeira, dado que a IAS 21 inclui disposições que exigem que um empréstimo seja denominado na moeda funcional da empresa ou da unidade operacional estrangeira, a fim

de que as eventuais diferenças de câmbio possam ser reconhecidas na secção de capital próprio das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, o empréstimo pode, na prática, ser denominado noutra moeda. O IASB concluiu que não tencionava impor esta restrição, tendo por conseguinte publicado esta alteração para permitir que o empréstimo seja referido numa terceira moeda.

O processo de consulta junto do TEG e do EFRAG confirmou o facto de as IFRIC 8 e 9 respeitarem os critérios técnicos de adopção previstos no n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento CE nº 1606/2002 o que originou a saída de outro Regulamento da Comissão Europeia, o 1329/2006 de 8 de Setembro.

Em 12 de Janeiro de 2006, o IASB publicou a IFRIC 8, Âmbito da IFRS 2. A IFRIC 8 clarifica o facto de a norma de contabilidade IFRS 2, Pagamento com Base em Acções, se aplicar a acordos em que uma entidade efectua pagamentos com base em acções por uma contrapartida correspondente a um valor que é, aparentemente, nulo ou não adequado.

Em 1 de Março de 2006, o IASB publicou a IFRIC 9, Reavaliação dos Derivados embutidos, que clarifica certos aspectos do tratamento dos derivativos embutidos ao abrigo da IAS 39 «Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração».

Com a adopção do Regulamento 610/2007 é inserida a IFRIC 10, norma de interpretação denominada "Relato Financeiro Intercalar e Imparidade" do International Financial Reporting Interpretations Committee.

Neste endosso o trabalho do EFRAG confirmou que a IFRIC 10 satisfaz os critérios técnicos de adopção constantes no Regulamento (CE) nº 1606/2002. Esta interpretação, no caso de alguns activos financeiros nomeadamente investimentos em partes de capital disponíveis para venda, instrumentos de capital próprio não cotados mensurados pelo custo e ainda no goodwill, esclarece que as perdas por imparidade reconhecidas nas demonstrações financeiras intercalares, não devem ser revertidas em Demonstrações Financeiras subsequentes, quer anuais quer intercalares.

A existência desta interpretação, resolve os conflitos existentes, em matéria de imparidade patentes em determinados activos financeiros, entre a IAS 34 "Relato Financeiro Intercalar", a IAS 36 "Imparidade de Activos" e ainda a IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração".

Em 1 de Junho de 2007 surge o Regulamento (CE) da Comissão Europeia nº 611/2007, objecto de mais um processo de consulta do Grupo de Peritos Técnicos do EFRAG. Este Regulamento adopta a IFRIC 11 "IFRS 2 – Transacções de Acções do Grupo e Próprias".

Esta Interpretação debruça-se sobre o modo de aplicação, em acordos de pagamento com base em acções, que envolvam instrumentos de Capital Próprio de uma entidade ou qualquer entidade do mesmo grupo, subjacentes na Norma Internacional de Relato Financeiro IFRS 2 "Pagamento com Base em Acções".

Estes acordos de pagamento baseados em acções do Capital Próprio da empresa mãe de uma entidade, como contrapartida de bens ou serviços fornecidos pela mesma entidade, não estavam regulamentados até então, e tornava-se necessário a sua clarificação e o modo de contabilização nas Demonstrações Financeiras da entidade.

No que respeita à IAS 39 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração o EFRAG foi indispensável no papel de avaliador das exclusões feitas pela Comissão Europeia na reunião de 1 de Outubro de 2004 a esta norma. A Comissão decidiu adoptar a norma com duas exclusões o dever de opção incondicional pelo Justo Valor (*full fair value option*) e a regra de contabilidade de operações de cobertura (*hedge accounting*). O EFRAG foi designado a avaliar se as exclusões são tecnicamente trabalháveis.

No reconhecimento inicial esta norma permite que as empresas possam escolher a mensuração pelo Justo Valor em qualquer activo ou passivo financeiro, reconhecendo em resultados os ganhos ou perdas obtidos com as oscilações consequentes obtidas. O justo valor, segundo a norma, é a quantia pela qual um

activo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e interessadas, numa transacção ao seu alcance (IAS 39.9).

Esta opção na norma resolve alguns problemas práticos, referentes à mensuração de instrumentos de dívida que financiam carteiras de instrumentos financeiros que sejam detidos para negociação. Ao adoptar o Justo Valor na dívida que financia a carteira de negociação as empresas fazem uma cobertura natural da volatilidade dos resultados.

Quanto à Contabilidade de operações de cobertura, consiste em reconhecer em ganhos ou perdas, os efeitos da contrapartida das variações nos justos valores do instrumento de cobertura e do elemento coberto.

Um instrumento de cobertura é um derivado cujo fluxo de caixa compensa a variação do fluxo de caixa do elemento coberto a que se destina. O Elemento coberto é um activo ou passivo que expõe a entidade ao risco de variações de fluxos de caixa.

Conforme refere o Regulamento (CE) da Comissão Europeia nº 1358/2007 de 21 de Novembro de 2007, houve mais um processo de adopção de normas desta vez a IFRS 8 – Segmentos Operacionais que substitui a IAS 14 – Relato por Segmentos. Esta IFRS estabelece os requisitos que a divulgação da informação de segmentos operacionais de uma empresa deve obedecer. O processo de consulta ao EFRAG nomeadamente, ao seu grupo de especialistas TEG confirma que esta adopção satisfaz todos os requisitos estabelecidos pela Comissão Europeia.

Segundo o disposto no Regulamento (CE) da Comissão Europeia nº 1004/2008 de 15 de Outubro de 2008 e após o processo habitual das consultas ao TEG, a Comissão Europeia endossou mais uma alteração à IAS 39 e à IFRS 7. O IASB introduziu emendas à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, que permitem em circunstâncias excepcionais, reclassificarem alguns instrumentos financeiros,

incluídos na rubrica de "devidos para negociação" em consequência da crise financeira. Por este facto os Instrumentos Financeiros podem ser reclassificados e sair da rubrica de meios financeiros líquidos quando os mercados estiverem perturbados ou inactivos ou os activos deixarem de ser negociados.

Outro dos trabalhos desenvolvidos pelo EFRAG prende-se com o Regulamento (CE) nº 1260/2008 da Comissão Europeia de 10 de Dezembro de 2008 que é uma revisão à IAS 23 "Custos de Empréstimos Obtidos". A norma IAS 23 revista, elimina a possibilidade dos empréstimos obtidos, poderem ser reconhecidos como despesa, se atribuídos directamente à aquisição, construção ou produção do activo em causa. Os custos de empréstimos obtidos do activo elegível só poderão ser capitalizados, ou seja concorrem para o custo do activo. A norma IAS 23 Revista substitui a norma IAS 23 "Custos de Empréstimos Obtidos", revista em 1993.

Em 16 de Dezembro de 2008, a Comissão Europeia adopta uma melhoria à IFRS 2, pagamento com base em acções, através do Regulamento (CE) nº 1261/2008. Esta melhoria consiste no esclarecimento sobre o que são as condições de aquisição e como ter em conta as condições acessórias de aquisição, assim como as anulações de acordos de pagamento com base em acções pela entidade ou pela contraparte.

Na mesma data, a Comissão Europeia alterou a IFRIC 13, Programas de Fidelização de Clientes, através do Regulamento (CE) nº 1262/2008 da Comissão Europeia de 16 de Dezembro de 2008 esta interpretação veio obrigar a mensurar ao justo valor a importância relativa aos créditos de prémios (bens ou serviços gratuitos ou com desconto dados aos clientes). A quantia relevada deve ser aquela a que poderiam ser vendidos separadamente esses prémios. Esta alteração prevê, que o justo valor poderá ser estimado por exemplo, acrescentando uma margem de lucro razoável ao valor do prémio. Se o justo valor não for directamente observável, tem de ser estimado. É necessário exercer juízos de valor para seleccionar e aplicar a técnica de estimativa que satisfaçam



os requisitos do parágrafo 6 desta interpretação e que obteve consenso na aprovação, que seja a mais apropriada, tendo em conta as circunstâncias.

Com o Regulamento (CE) nº 1263/2008 da Comissão Europeia de 16 de Dezembro de 2008, o EFRAG emitiu mais um parecer para a Comissão, originando a opinião da adopção da IFRIC 14 como "equilibrada e objectiva". Esta interpretação 14 da IAS 19 – Benefícios dos Empregados, limites de um plano de benefícios definidos, esclarece as posições da Norma no tocante à mensuração de um plano de benefícios definido após a passagem à reforma dos empregados e os requisitos de um financiamento mínimo.

Segundo este mesmo Regulamento "Um activo de benefícios definidos é o excedente do justo valor dos activos do plano face ao valor presente da obrigação de benefícios". A interpretação vem esclarecer e reforçar o limite da mensuração da norma ao "valor presente de benefícios económicos disponíveis, quer sob a forma de reembolsos do plano quer de reduções em futuras contribuições para o plano, que podem ser afectados por requisitos de financiamento mínimo".

O EFRAG tem funções de comentador/crítico das normas não endossadas ou endossadas mas só em parte, junto do IASB. Este organismo emite documentos onde manifesta as suas preocupações e recomendações, sobre os problemas do endosso das normas. No que se refere a operações de cobertura de risco cambial e contabilização de contratos de derivados, o EFRAG evidenciou claramente a sua contribuição para a melhoria do processo de organização da opinião, uma vez que não se encontra ainda à altura de mudar a IAS 39 de maneira à norma ser endossada e aí cumprir o papel de aconselhador da Comissão Europeia. Neste papel de crítico o EFRAG mostra o seu total apoio ao princípio de que os efeitos das transacções internas devem ser eliminados, e a operação externa que originou a fixação da taxa de câmbio deverá ser elegível para a contabilidade. A contabilidade de cobertura de risco cambial deve existir para a entidade gerir o seu risco com as transacções externas.

Outro dos trabalhos desenvolvidos pelo EFRAG foi a confirmação que a revisão efectuada pelo IASB, à IAS 1, Apresentação de Demonstrações Financeiras sofrida em 2007, estava pronta para ser endossada para a EU, o que foi efectuada através do Regulamento (CE) nº 1274/2008 da Comissão Europeia de 17 de Dezembro de 2008 da Comissão.

A IAS 1 revista altera alguns dos requisitos aplicáveis à apresentação das demonstrações financeiras e passa a exigir em algumas circunstâncias, informações adicionais na apresentação. Esta revisão substitui todas as anteriores apresentadas.

O Regulamento 53/2009 da Comissão Europeia surge em 21 de Janeiro de 2009 para endossar as IAS 32 e IAS 1 do IASB, respectivamente, Instrumentos Financeiros: Apresentação, e Apresentação de Demonstrações Financeiras — Instrumentos Financeiros com uma Opção *Put* e Obrigações Decorrentes de uma Liquidação. O IASB publicou em 14 de Fevereiro de 2008, a versão revista da IAS 32 e da IAS 1 que por sua vez é endossada no seio da EU através deste regulamento.

As correcções exigem que certos instrumentos emitidos pelas empresas, actualmente classificados como passivos (apesar de terem características similares às de acções ordinárias), sejam classificados como capital próprio. São necessárias divulgações adicionais sobre esses instrumentos e devem aplicar-se novas regras à sua reclassificação.

Em 23 de Janeiro de 2009, surge o Regulamento 69/2009 da Comissão Europeia, que altera a IFRS 1 Adopção pela Primeira Vez de Normas Internacionais de Relato Financeiro e a IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas - Custo de um Investimento numa Subsidiária, Entidade Conjuntamente Controlada ou Associada. Consequentemente as IAS 18, à IAS 21 e à IAS 36 são alteradas em virtude das emendas da IAS 27.

Com o Regulamento 70/2009 da Comissão Europeia de 23 de Janeiro de 2009, o processo de consulta junto do TEG e do EFRAG confirmou que os

desenvolvimentos respeitam os critérios técnicos de adopção previstos no nº 2 do artigo 3.º do Regulamento CE nº 1606/2002. O IASB publicou o documento “Melhoramentos introduzidos nas IFRS” no âmbito do seu aperfeiçoamento anual, que se resume a simplificar e clarificar as IAS. Com este regulamento dá-se o endosso de 35 correcções às IAS em vigor. Estas alterações estão divididas em duas partes, uma traduz-se em efeitos de apresentação, reconhecimento e mensuração, outra traduz-se em efeitos de terminologia e redacção.

Em Maio de 2008, o IASB publicou o documento, melhoramentos introduzidos nas normas internacionais de relato financeiro, no âmbito do seu processo anual de aperfeiçoamento, que visa simplificar e clarificar as normas internacionais de contabilidade. Os melhoramentos incluem 35 emendas às normas internacionais de contabilidade em vigor, divididas em duas partes: a primeira contém emendas que introduzem alterações para efeitos de apresentação, reconhecimento e mensuração, e a segunda parte refere-se a alterações de terminologia ou a emendas a nível da redacção.

Por este facto são alteradas a IAS 1, IAS 8, IAS10, IAS 16, IAS 19, IAS 20, IAS 23, IAS 27, IAS 28, IAS 29, IAS 31, IAS 34, IAS 36, IAS 38, IAS 39, IAS 40 e IAS 41. São ainda alteradas as IFRS 1, IFRS 5 e IFRS 7.

### **Capítulo 3. Outros Organismos intervenientes no mecanismo do endosso**

#### **3.1. Accounting Regulatory Committee (ARC)**

O ARC tem a função de apoiar e prestar assessoria à Comissão Europeia na apreciação das Normas. O propósito da sua formação consistiu em garantir uma total transparência e instaurar uma responsabilidade na adopção das normas perante o Conselho e o Parlamento. Periodicamente a Comissão Europeia informa o ARC sobre os projectos em curso, os documentos que são apresentados para debate, os projectos sobre riscos apresentados pelo IASB e outros assuntos pontuais. A Comissão Europeia mantém o contacto regular com o ARC e informa cabal e atempadamente o mesmo, sempre que tencione não propor a adopção de uma norma.

O ARC é composto por representantes dos Estados Membros. A análise da composição deste órgão permite conferir, que as representações nacionais estão atribuídas, de um modo geral, a entidades relacionadas com mercados financeiros, ou entidades reguladoras ou a entidades relacionadas com temáticas contabilísticas.

O ARC é composto pelos seguintes membros e delegações:

- Alemanha – Ministério da Justiça;  
Ministério Federal da Economia e do Trabalho.
- Áustria – Ministérios da Justiça;  
Ministério das Finanças;  
Entidade de Supervisão dos Mercados Financeiros.
- Bélgica – Ministério da Economia;  
Comissão de Normalização Contabilística.
- Bulgária – Ministério das Finanças.

- Chipre – Ministério das Finanças – Representação Permanente da União Europeia.
- Dinamarca – Autoridade Supervisora Financeira;  
Agência Dinamarquesa das Empresas e Comércio.
- Eslováquia – Ministério das Finanças.
- Eslovénia – Auditores do Instituto da Eslovénia – Representação Permanente da União Europeia.
- Espanha – Instituto Contabilidade e Auditoria Contas;  
Banco de Espanha.
- Estónia – Ministério das Finanças.
- Finlândia – Ministério das Finanças;  
Ministério da Saúde e Assuntos Sociais.
- França – Conselho Nacional da Contabilidade;  
Ministério da Economia, das Finanças e da Indústria.
- Grécia – Comité de Supervisão de Contabilidade e Auditoria;  
Ministério da Economia e Finanças.
- Holanda – Ministério da Justiça;  
Ministério das Finanças.
- Hungria – Ministério das Finanças.

- Itália – Comissão Nacional de Controlo da Bolsa Italiana (CONSOB);  
Instituto de Supervisão de Seguros (ISVAP);  
Banco de Itália  
Ministério da Economia e Finanças.
- Irlanda – Instituto Regulador contas das Empresas, Comércio e Emprego da Irlanda.
- Letónia – Ministério das Finanças.
- Lituânia – Ministério das Finanças;  
Instituto da Contabilidade.
- Luxemburgo – Comissão de Supervisão do Sector Financeiro;  
Ministério da Justiça.
- Malta – Instituto de Regulamentação da Contabilidade  
Ministério das Finanças.
- Polónia – Ministério das Finanças.
- Portugal – Comissão de Normalização Contabilística;  
Comissão de Mercados Mobiliários.
- Reino Unido – Departamento de Comercio e Industria.
- Republica Checa – Ministério das Finanças.
- Roménia – Ministério das Finanças Públicas.
- Suécia – Ministério da Justiça.

Para além dos colaboradores dos Estados Membros, o ARC tem como observadores, nomeadamente:

- Islândia – Ministério das Finanças.
- Noruega – Comissão de Supervisão da Banca, Finanças e Seguros;  
Ministério das Finanças.
- Banco Central Europeu (BAC).
- Comité Consultivo Bancário (CEBS).
- Comité das Autoridades de Regulamentação dos Valores Mobiliários (CESR).
- Comité dos Seguros (CEIOPS).

A presidência do ARC e o secretariado ficam a cargo da Comissão Europeia e o EFRAG por vezes é convidado para diversos trabalhos e consultas na qualidade de perito técnico.

O ARC adoptou os mesmos procedimentos e regras das reuniões da Comissão Europeia. As reuniões são convocadas por iniciativa do seu presidente ou a pedido de maioria simples dos membros da Comissão. O presidente elabora os pontos a abordar na reunião, e remete à Comissão Europeia. Estes pontos assentam em mencionar quais as medidas propostas sobre as quais a Comissão Europeia é convidada a dar o seu parecer, em conformidade com o previsto no artigo 6 do Regulamento nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, e outras informações ou simples troca de opiniões a pedido do presidente ou a pedido escrito de um membro do comité.

As reuniões assim como a ordem de trabalhos e todos os documentos de trabalho devem ser remetidos aos membros da Comissão Europeia com uma antecedência mínima, regra geral, de catorze dias antes da data da reunião. Nos casos em que é exigido o parecer da Comissão Europeia, nas diversas línguas disponíveis da União, o prazo da antecedência mínimo é alargado para

sessenta dias antes da reunião. Estes prazos e informações também têm que ser respeitados e dados a conhecer ao Parlamento Europeu. Posteriormente é remetido ao Parlamento, também num prazo de catorze dias, o relatório da reunião, o resultado da votação e a lista de presenças. Caso a documentação não tenha sido enviada no prazo previsto, um membro da Comissão pode requerer o adiamento da mesma. No entanto, tratando-se de um assunto urgente, a Comissão Europeia pode decidir manter esse assunto na ordem do dia, com uma maioria simples dos votos. Qualquer membro da Comissão Europeia deve informar o presidente caso a sua participação gere algum conflito de interesse, no assunto a debater. No caso de algum participante, de uma delegação dum Estado Membro, ter algumas situações de conflito com o assunto a debater, a sua participação deve ser retirada até esse assunto ser debatido.

Quando é exigido o parecer da Comissão Europeia sobre determinado procedimento de regulamentação, este só é aprovado quando obtém a maioria dos votos. Caso o presidente não consiga unanimidade ou maioria sobre um ponto específico, o presidente pode prorrogar a reunião. Poderão ser criados Grupos de Trabalho para analisar questões específicas que requerem um estudo mais profundo. Posteriormente, estes Grupos remetem por escrito um relatório do trabalho desenvolvido ao Comité.

Cada delegação dos Estados Membros é considerada um membro do ARC. Cada membro não pode ser representado por mais de uma pessoa. Com a permissão do Presidente do ARC, os membros das delegações podem-se fazer acompanhar por peritos do assunto a debater. Uma delegação de um Estado Membro pode representar outro Estado Membro, mas essa representação deve ser informada ao Presidente do ARC, e no máximo uma delegação só pode representar um outro Estado Membro, que não o próprio.

Por decisão do Presidente do ARC ou qualquer outro membro, poderão convidar especialistas sobre o assunto que têm em debate, na ordem do dia. Segundo o Regulamento nº 1606/2002, a aprovação das Normas Internacionais de



Contabilidade é de particular importância para os bancos, companhias de seguros ou de mercados regulamentados.

Por este facto, nessas reuniões o Presidente convida um representante do Comité Consultivo Bancário, ou Comité dos Seguros e/ou Comité Europeu dos valores Mobiliários que participa como observador.

As discussões da Comissão Europeia são confidenciais mas obedecem às condições e princípios da transparência, relativos ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão Europeia, definidos no Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 2001. Caso o pedido de acesso a um documento do ARC seja feito a um Estado Membro, o Regulamento prevê no seu nº 5 a sua resolução que se manifesta em saber se o documento deve ou não ser divulgado se prejudica a realização dos objectivos do Regulamento em causa, e em caso de dúvidas deve ser o pedido remetido ao Parlamento Europeu, Conselho e Comissão Europeia.

As actas e os relatórios de cada reunião, devem ser elaboradas sob orientação do presidente, devem conter as opiniões expressas sobre cada assunto e no caso dos pareceres devem ser relatados em relatório anexo. Após elaboradas, devem ser remetidas aos membros da Comissão Europeia no prazo de quinze dias após a reunião, dando oportunidade aos membros da Comissão Europeia de se pronunciarem, se houver divergências. Devem enviar ao Presidente essas divergências e as propostas de alteração, que serão analisadas pela Comissão Europeia.

Paralelamente às Actas, também deve ser elaborado um relatório síntese sob orientação do Presidente, para o Parlamento Europeu. Este relatório deve conter um resumo de cada ponto da ordem de trabalhos, e o resultado da votação das medidas apresentadas à Comissão Europeia. Não deve mencionar a posição individual de cada Estado Membro.

A lista de presenças da reunião, deve ser elaborada pelo Presidente ou sob orientação dele, especificando as autoridades ou órgãos a que pertencem as pessoas designadas, e que Estado Membro representam.

A correspondência relativa ao ARC deve ser dirigida ao Presidente da Comissão Europeia, e a correspondência para os membros deve ser remetida às representações de cada Estado Membro.

### **3.2. Standards Advice Review Group (SARG)**

O Regulamento da Comunidade nº 1606/2002, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade prevê uma última etapa no processo do endosso, a criação de uma comissão técnica de contabilidade, dotada de conhecimentos especializados para apoiar a Comissão Europeia na avaliação das normas internacionais de contabilidade.

O SARG é o Grupo consultivo para as Normas de Contabilidade composto por peritos independentes, cuja experiência e competência na área da contabilidade, em particular em matéria de relato financeiro, são amplamente reconhecidas a nível da União Europeia.

Foi criado em 14 de Julho de 2006 pela Decisão n.º 2006/505/CE para garantir o equilíbrio, a neutralidade e objectividade na avaliação dos pareceres recebidos da parte do EFRAG no âmbito do processo de endosso das IFRS, desenvolve em tempo útil procedimentos de trabalho e avaliações desses pareceres.

O grupo é composto por sete peritos independentes e representantes de alto nível do *National Standard Setters* cuja experiência e competência nos domínios da contabilidade, são amplamente reconhecidos. A tarefa do grupo, é a de avaliar se o parecer dado pelo EFRAG é bem equilibrado e objectivo. O grupo emite o seu parecer normalmente no prazo de três semanas e a Comissão Europeia por sua vez emite o parecer final que é publicado no site da UE.

A Comissão escolhe sete peritos, tendo em atenção os seguintes critérios:

- Competência comprovada e experiência técnica na área da contabilidade e relato financeiro, tanto a nível europeu como internacional;
- Independência ou seja uma pessoa não envolvida directamente com entidades públicas ou privadas com decisão nestas matérias;
- A necessidade de uma composição equilibrada em termos geográficos, género, funções e dimensão das entidades de origem.

Aos membros do SARG é pedido o aconselhamento à Comissão Europeia, independentemente de qualquer influência de outros grupos intervenientes do processo. Não podem participar nos trabalhos do EFRAG quer antes da nomeação para o grupo, quer durante o mandato e têm que respeitar as condições de confidencialidade que lhes são impostas. Os mandatos são de três anos renováveis por períodos iguais.

Não lhes é atribuída remuneração permanente pela sua função, apenas lhes serão pagas as despesas de deslocações e estadas relacionadas com os trabalhos e actividade deste grupo.

#### **Capítulo 4. Aplicação do mecanismo do endosso**

Algumas normas internacionais e interpretações vigentes em 14 de Setembro de 2002 foram adoptadas no âmbito do Regulamento (CE) nº 1725/2003 da Comissão Europeia de 29 de Setembro de 2003, em concordância com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento e do Conselho. No entanto e porque houve necessidade de integrar todas as normas endossadas até 15 de Outubro de 2008 surgiu o Regulamento (CE) nº 1126/2008 da Comissão Europeia.

O Regulamento (CE) nº 1126/2008 da Comissão Europeia revoga o Regulamento (CE) nº 1725/2003, entra em vigor no terceiro dia seguinte ao da publicação no Jornal Oficial da UE (assim como todos os regulamentos) e surge pela necessidade de simplificar a legislação europeia, pois agrupa num único texto as normas existentes no Regulamento (CE) nº 1725/2003 assim como as modificações posteriores adoptadas na Comunidade até 15 de Outubro de 2008, excepto IAS 39 onde foram extintas pequenas partes.

Poderemos resumir este processo de endosso de normas na comunidade em dois grandes grupos, o grupo de normas e alterações do Regulamento (CE) nº 1725/2003, e o grupo de normas e alterações do Regulamento 1126/2008 ou seja, antes e após a data 03 de Novembro de 2008, data de publicação deste Regulamento.

Os documentos endossados até 9 de Fevereiro de 2009 apresentam-se publicados no site do EFRAG conforme vemos no quadro 1, e os documentos não endossados há mesma data encontram-se referenciados no quadro 2:

<b>Documentos Endossados, Posição em 9 de Fevereiro de 2009</b>	<b>Data do endosso</b>	<b>Publicação Jornal Oficial Comunidade</b>
Melhorias às IFRSs (2007)	23-Jan-09	24-Jan-09
Alterações à IFRS 1 e IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas	23-Jan-09	24-Jan-09
Alterações à IAS 32 e IAS 1 - : Instrumentos financeiros: divulgação e apresentação	21-Jan-09	22-Jan-09
Alterações à IAS 1 : Apresentação de Demonstrações Financeiras Revisão Apresentação	17-Dez-08	18-Dez-08
IFRIC 14, IAS19 : Benefícios dos Empregados, limites de um plano de benefícios definidos	16-Dez-08	17-Dez-08
IFRIC 13 : Programas de fidelidade Clientes	16-Dez-08	17-Dez-08
Alterações à IFRS 2 : Pagamento com Base em Acções	16-Dez-08	17-Dez-08
Alterações à IAS 23 : Custos de Empréstimos Obtidos	17-Dez-08	17-Dez-08
Alterações à IAS 39 e IFRS 7 : Reclassificação dos instrumentos financeiros	15-Out-08	16-Out-08
IFRS 8 : Segmentos Operacionais	21-Nov-07	22-Nov-07
IFRIC 11, IFRS 2 : Transacções de Acções do Grupo e Próprias	01-Jun-07	02-Jun-07
IFRIC 10 : Relato Financeiro Intercalar e Imparidade	01-Jun-07	02-Jun-07
IFRIC 9 : Reavaliação de Derivados Embutidos	08-Set-06	09-Set-06
IFRIC 8 : Âmbito da IFRS 2	08-Set-06	09-Set-06
IFRIC 7 : Aplicar a Abordagem da Reexpressão Prevista na IAS 29 Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias	08-Mai-06	09-Mai-06
Alterações à IAS 21 : Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio	08-Mai-06	09-Mai-06
IFRS 7 : Instrumentos Financeiros: Divulgações	11-Jan-06	12-Jan-06
IFRIC 6:Passivos decorrentes da Participação Mercados Específicos-Resíduos de Equipamento Eléctrico, Electrónico	11-Jan-06	12-Jan-06
Alterações à IFRS 1 e IFRS 6	11-Jan-06	12-Jan-06
Alterações à IAS 39 e IFRS 4 :Contratos de Seguro	11-Jan-06	12-Jan-06
Alterações à IAS 1 : Apresentação de Demonstrações Financeiras	11-Jan-06	12-Jan-06

Quadro 1 – Documentos endossados até 9 de Fevereiro de 2009

<b>Documentos Endossados, Posição em 9 de Fevereiro de 2009</b>	<b>Data do endosso</b>	<b>Publicação Jornal Oficial Comunidade</b>
Alterações à IAS 39 : Cash Flow dos instrumentos financeiros	21-Dez-05	22-Dez-05
Alterações à IAS 39 : A opção pelo Justo Valor	15-Nov-05	16-Nov-05
IFRIC 5 : Direitos a Interesses resultantes de Fundos de Descomissionamento, Restauro e Reabilitação Ambiental	08-Nov-05	24-Nov-05
IFRIC 4 : Determinar se um Acordo contém uma Locação	08-Nov-05	24-Nov-05
Alterações à IAS 19 : Benefícios dos Empregados	08-Nov-05	24-Nov-05
IFRS 6 : Exploração e Avaliação de Recursos Minerais	08-Nov-05	24-Nov-05
Alterações à IAS 39 : Transmissão e reconhecimento inicial de Activos e Passivos Financeiros	25-Out-05	26-Out-05
Alterações à SIC 12	25-Out-05	26-Out-05
IFRIC 2 : Acções dos Membros em Entidades Cooperativas e Instrumentos Semelhantes	07-Jul-05	08-Jul-05
IFRS 2 : Pagamento com Base em Acções	04-Fev-05	05-Fev-05
Alterações às IASs 1, 2, 8, 10, 16, 17, 21, 24, 27, 28, 31, 33 e 40	29-Dez-04	31-Dez-04
IAS 32 : Instrumentos Financeiros: Apresentação	29-Dez-04	31-Dez-04
IFRIC 1 : Alterações em Passivos por Descomissionamento, Restauro e Outros Semelhantes Existentes	29-Dez-04	31-Dez-04
IFRS 5 : Activos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas	29-Dez-04	31-Dez-04
IFRS 4 : Contratos de Seguro	29-Dez-04	31-Dez-04
Alterações às IASs 36 e 38	29-Dez-04	31-Dez-04
IFRS 3 : Concentrações de Actividades Empresariais	29-Dez-04	31-Dez-04
IAS 39 : Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	19-Nov-04	09-Dez-04
IFRS 1 : Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro	06-Abr-04	06-Abr-04
IASs 1, 2, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40 e 41; e SIC 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33	29-Set-03	13-Out-03

Quadro 1 (continuação) – Documentos endossados até 9 de Fevereiro de 2009

FONTE: Site do EFRAG disponível:

[http://www.efrag.org/images/Efrag/efrag\\_endorsement\\_status\\_report\\_9\\_february\\_2009.pdf](http://www.efrag.org/images/Efrag/efrag_endorsement_status_report_9_february_2009.pdf)

<b>IAS/IFRIC Documentos Não Endossados – Posição em 9 de Fevereiro de 2009</b>	<b>Projecto de Endosso do EFRAG</b>	<b>Endosso do EFRAG</b>	<b>Voto do ARC</b>	<b>Data esperada do Endosso na EU</b>
NORMAS				
Revisão IFRS 3: Concentrações de Actividades Empresariais	30-Jul-08	07-Nov-08	Janeiro 2009	2º Quadrimestre 2009
Revisão IFRS 1 : Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro	Janeiro 2009	Abril 2009	A Confirmar	A Confirmar
INTERPRETAÇÕES				
IFRIC 12: Acordos Sobre Serviços de Concessão	12-Fev-07	23-Mar-07	06-11-2008	1º Quadrimestre 2009
IFRIC 15: Contratos para a Construção Imobiliária	29-Jul-08	03-Nov-08	Janeiro 2009	2º Quadrimestre 2009
IFRIC 16: Cobertura de Investimentos em operações estrangeiras	18-Set-08	03-Nov-08	Janeiro 2009	2º Quadrimestre 2009
IFRIC 17: Tratamento Contabilístico da Distribuição em Espécie aos Accionistas	Janeiro 2009	Abril 2009	A Confirmar	A Confirmar
ALTERAÇÕES				
Alterações à IAS 27: Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas	30-Jul-08	07-Nov-08	Janeiro 2009	2º Quadrimestre 2009
Alterações à IAS 32 e IAS 1: Instrumentos Financeiros: Apresentação e Apresentação de Demonstrações Financeiras	26-Mar-08	16-Mai-08	06-Nov-08	Janeiro 2009
Melhorias às IFRS's	22-Mai-08	04-Jul-08	06-Nov-08	Janeiro 2009
Alterações à IFRS 1 e à IAS 27: Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas	30-Mai-08	21-Jul-08	06-Nov-08	Janeiro 2009
Alterações à IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração, Contabilidade de Cobertura	22-Set-08	12-Nov-08	Janeiro 2009	2º Quadrimestre 2009
Alterações à IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração, Data Efectiva e Transição	08-Dez-08	Janeiro 2009	A Confirmar	A Confirmar

Quadro 2 - Documentos não endossados até 9 de Fevereiro de 2009

FONTE: Site do EFRAG disponível:

[http://www.efrag.org/images/Efrag/efrag\\_endorsement\\_status\\_report\\_9\\_february\\_2009.pdf](http://www.efrag.org/images/Efrag/efrag_endorsement_status_report_9_february_2009.pdf)

Decorrido algum tempo de aplicação das normas e interpretações endossadas pela UE foi possível reconhecer a coerência na aplicação das normas/interpretações e o grande desafio que foi para todos. Foi ultrapassado com um grande êxito este desafio, dado que implicou uma grande mudança no sistema contabilístico das empresas que adoptaram as novas normas.

Na generalidade a adopção das IAS/IFRS não se estendeu às contas individuais das empresas, nem às empresas sem valores cotados. O ambiente económico e político dos estados membros também influenciou a aplicação do Regulamento IAS porque foram utilizadas formas divergentes pelos diversos Estados-Membros nomeadamente a interacção da nova contabilidade na fiscalidade e no direito.

A adopção das IAS/IFRS não perturbou o normal funcionamento dos mercados nem os períodos de apresentação das demonstrações financeiras. A Comissão Europeia reconhece que as empresas fizeram grandes esforços no sentido de cumprirem correcta e atempadamente a apresentação das demonstrações financeiras e reconhece também que gastaram recursos expressivos na sua elaboração, nomeadamente as empresas de menor dimensão mas obrigadas a elaborar contas segundo as IAS/IFRS.

Segundo Santos (2002), a introdução da nova abordagem contabilística baseada em princípios e não em regras, exige dos profissionais uma maior capacidade de estudo o que constitui para os Estados-Membros uma dificuldade mas que deverá ser ultrapassada com o aumento de traquejo e familiarização das IAS/IFRS por parte dos profissionais e responsáveis pela temática.

Para os peritos da área como sejam os auditores, revisores, contabilistas e autoridades responsáveis pela aplicação das IAS/IFRS, o entendimento geral é que a comparabilidade e a imagem verdadeira e apropriada melhoraram com a aplicação das mesmas, o que origina um aumento da transparência das demonstrações financeiras.





## Notas Finais

A necessidade de harmonização contabilística na União Europeia nasceu porque a informação financeira como refere Amaral (2001) era preparada para accionistas e outros interessados, baseando-se num conjunto de princípios e procedimentos que variavam de país para país. Consequentemente a ausência de comparabilidade entre os vários relatos financeiros conduzia a situações cada vez mais indesejáveis, porque:

- aumentava consideravelmente os custos de preparação da informação financeira porque uma empresa que operava em vários países teria que elaborar tantas demonstrações financeiras quantos os países em que trabalhava;
- tornava-se difícil aferir o desempenho das suas filiais porque não tinham um sistema uniforme;
- os utentes da informação financeira, nomeadamente os investidores não compreendiam ou não confiavam na informação porque as regras associadas eram diferentes e poderiam tomar decisões financeiras pouco correctas.

Dentro da estratégia de harmonização contabilística da União Europeia e da adopção das IAS/IFRS, o mecanismo de endosso permite agilizar o processo, tornando-o mais célere. O EFRAG, tal como vimos ao longo do trabalho, tem um papel determinante no mecanismo do endosso. Por tal facto, Sá (2003) diz mesmo que a União Europeia coloca nas mãos do EFRAG a vigilância sobre uma filosofia de "imagem fiel" no que diz respeito à compreensão, à relevância, à comparabilidade das demonstrações financeiras e ao aumento de transparência que se obtém com a aplicação das IAS/IFRS. Nomeadamente a compreensão, para os investidores aumentou, mas esperam que a Comissão Europeia ainda consiga aperfeiçoamentos para as áreas de instrumentos

financeiros, concentrações de actividades empresariais e pagamentos com base em acções.

O sistema de endosso das normas na União Europeia garante qualidade técnica, legitimidade política e relevância empresarial. O sistema mostra-se mais eficiente, e quando algo não funciona da melhor maneira é objecto de alterações como é o caso da inclusão do SARG e alterações dos métodos de trabalho do EFRAG. A introdução do estudo de impacto das normas também trouxe um grande valor acrescentado ao sistema de endosso das normas.

No entanto segundo *Lehne* (2008) alguns grupos de interesses têm-se mostrado cada vez mais críticos em relação ao trabalho do EFRAG. Consideram que este Grupo consultivo em matéria de informação financeira, está a ter uma influência europeia débil no desenvolvimento das Normas Internacionais de Informação Financeira, em virtude de dedicar a maior parte dos seus esforços a reagir a projectos de normas e a documentos de reflexão do IASB. Além disso, as questões relativas ao mecanismo do endosso das Normas Internacionais de Informação Financeira para o Direito europeu, ocupa-lhes o restante tempo, faltando-lhe disponibilidade, como seria fundamental, para exercer uma influência proactiva na definição da regulamentação. As críticas referem igualmente a excessiva complexidade da infra-estrutura europeia de informação financeira que dificulta um debate suficientemente transparente sobre o desenvolvimento das normas.

## **Bibliografia**

Amaral, Catarina Xavier – *Processo de Harmonização Contabilístico Internacional: Tendências Actuais*. Gestão e Desenvolvimento. Viseu. (Outubro 2001) 33-58.

Antão, Avelino, [et al.] – *O Novo Modelo de Normalização Contabilística Nacional*. Revista dos Técnicos Oficiais de Contas TOC nº 85. Lisboa. (Abril 2007) 23-35.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, Bruxelas 11 Set.2002. L 243/1- L 243/4.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) Nº 1725/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 13 de Outubro de 2003. Disponível na URL: [http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_SIC/Reg\\_1725\\_2003\\_IAS.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_SIC/Reg_1725_2003_IAS.pdf). Consultado em 20 Mai. 2008.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) Nº 707/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 06 de Abril de 2004. Disponível na URL: [http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_SIC/Reg\\_707\\_2004.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_SIC/Reg_707_2004.pdf). Consultado em 20 Mai.2008.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) Nº 2086/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Novembro de 2004. Disponível na URL: [http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_SIC/Reg\\_2086\\_2004\\_IAS.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_SIC/Reg_2086_2004_IAS.pdf). Consultado em 23 Mai.2008.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) Nº 2236/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 29 de Dezembro de 2004. Disponível na URL: [http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_SIC/Reg\\_2236\\_2004\\_IAS.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_SIC/Reg_2236_2004_IAS.pdf). Consultado em 23 Mai.2008.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) N° 2237/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 29 de Dezembro de 2004. Disponível na URL: [http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_SIC/Reg\\_2237\\_2004\\_IAS.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_SIC/Reg_2237_2004_IAS.pdf) Consultado em 23 Mai.2008.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) N° 2238/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 29 de Dezembro de 2004. Disponível na URL [http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_SIC/Reg\\_2238\\_2004\\_IAS.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_SIC/Reg_2238_2004_IAS.pdf):. Consultado em 23 Mai.2008.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) N° 211/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho de 04 de Fevereiro de 2005. Disponível na URL: [http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_SIC/Reg\\_211\\_2005\\_IAS.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_SIC/Reg_211_2005_IAS.pdf) . Consultado em 23 Mai.2008.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) N° 1073/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho de 07 de Julho de 2005. Disponível na URL: [http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_SIC/Reg\\_1073\\_2005\\_IAS.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_SIC/Reg_1073_2005_IAS.pdf). Consultado em 2 Jun.2008.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) N° 1751/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de Outubro de 2005. Disponível na URL: [http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_SIC/Reg\\_1751\\_2005\\_IAS.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_SIC/Reg_1751_2005_IAS.pdf). Consultado em 2 Jun.2008.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) N° 1864/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de Novembro de 2005. Disponível na URL: [http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_SIC/Reg\\_1864\\_2005\\_IAS.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_SIC/Reg_1864_2005_IAS.pdf). Consultado em 2 Jun.2008.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) N° 1910/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho de 08 de Novembro de 2005. Disponível na URL: [http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_SIC/Reg\\_1910\\_2005\\_IAS.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_SIC/Reg_1910_2005_IAS.pdf). Consultado em 25 Jun.2008.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) N° 2106/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de Dezembro de 2005. Disponível na URL: [http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_SIC/Reg\\_2106\\_2005\\_IAS.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_SIC/Reg_2106_2005_IAS.pdf). Consultado em 28 Jun.2008.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) N° 108/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de Janeiro de 2006. Disponível na URL: [http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_SIC/Reg\\_108\\_2006\\_IAS.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_SIC/Reg_108_2006_IAS.pdf). Consultado em 28 Jun.2008.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) N° 708/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho de 08 de Maio de 2006. Disponível na URL: [http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_SIC/Reg\\_708\\_2006\\_IAS.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_SIC/Reg_708_2006_IAS.pdf). Consultado em 29 Jun.2008.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) N° 1329/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho de 08 de Setembro de 2006. Disponível na URL: [http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_SIC/Reg\\_1329\\_2006\\_IAS.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_SIC/Reg_1329_2006_IAS.pdf). Consultado em 28 Jun. 2008.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) N° 610/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho de 01 de Junho de 2007. Disponível na URL: [http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_SIC/Reg\\_610\\_2007\\_IAS.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_SIC/Reg_610_2007_IAS.pdf). Consultado em 29 Jun. 2008.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) N° 611/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho de 01 de Junho de 2007. Disponível na URL: [http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_SIC/Reg\\_611\\_2007\\_IAS.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_SIC/Reg_611_2007_IAS.pdf). Consultado em 29 Jun. 2008.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) N° 1358/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de Novembro de 2007. Disponível na URL:

[http://eur-](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2007:304:0009:0020:PT:PDF)

[lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2007:304:0009:0020:PT:PDF](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2007:304:0009:0020:PT:PDF).

Consultado em 15 de Set.2008.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) N° 297/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de Março de 2008. Disponível na URL: [http://eur-](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2008:097:0062:0063:PT:PDF)

[lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2008:097:0062:0063:PT:PDF](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2008:097:0062:0063:PT:PDF).

Consultado em 15 de Set. 2008.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) N° 1004/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de Outubro de 2008. Disponível na URL: [http://eur-](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2008:275:0037:0041:PT:PDF)

[lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2008:275:0037:0041:PT:PDF](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2008:275:0037:0041:PT:PDF).

Consultado em 20 de Nov.2008.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) N° 1126/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho de 03 de Novembro de 2008. Disponível na URL:

[http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_SIC/REG\\_1126\\_2008\\_NIC\\_consolidado.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_SIC/REG_1126_2008_NIC_consolidado.pdf).

Consultado em 15 de Dez.2008.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) N° 1260/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho de 10 de Dezembro de 2008. Disponível na URL:

[http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_SIC/Reg\\_1260\\_2008\\_IAS23.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_SIC/Reg_1260_2008_IAS23.pdf). Consultado

em 16 de Jan.2009.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) N° 1261/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de Dezembro de 2008. Disponível na URL:

[http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_SIC/Reg\\_1261\\_2008\\_IFRS2.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_SIC/Reg_1261_2008_IFRS2.pdf). Consultado

em 16 de Jan.2009.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) N° 1262/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de Dezembro de 2008. Disponível na URL: [http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_SIC/Reg\\_1262\\_2008\\_IFRIC13.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_SIC/Reg_1262_2008_IFRIC13.pdf). Consultado em 16 de Jan.2009.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) N° 1263/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de Dezembro de 2008. Disponível na URL: [http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_SIC/Reg\\_1263\\_2008\\_IFRIC14.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_SIC/Reg_1263_2008_IFRIC14.pdf). Consultado em 19 de Jan.2009.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) N° 1274/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Dezembro de 2008. Disponível na URL: [http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_SIC/Reg\\_1274\\_2008\\_IAS1.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_SIC/Reg_1274_2008_IAS1.pdf). Consultado em 19 de Jan.2009.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) N° 53/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de Janeiro de 2009. Disponível na URL: [http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_SIC/Regulamento%2053-2009-Pt.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_SIC/Regulamento%2053-2009-Pt.pdf). Consultado em 14 de Fev.2009.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) N° 69/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de Janeiro de 2009. Disponível na URL: [http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_SIC/Regulamento%2069-2009-Pt.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_SIC/Regulamento%2069-2009-Pt.pdf). Consultado em 14 de Fev.2009.

COMUNIDADE EUROPEIA. Regulamento (CE) N° 70/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de Janeiro de 2009. Disponível na URL: [http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_SIC/Regulamento%2070-2009-Pt.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_SIC/Regulamento%2070-2009-Pt.pdf). Consultado em 14 de Fev.2009.



EFRAG European Financial Reporting Advisory Group. (2008). *The EU endorsement status report: Position as at 23 January 2008*. Disponível na URL:

<http://www.efrag.org/files/News%20related%20documents/EFrag%20Endorsement%20Status%20Report%2022%20November%202007.pdf> . Consultado em 20 Jan.2008.

EFRAG European Financial Reporting Advisory Group. *Supervisory Board and Founding Fathers*. Disponível na URL:

<http://www.efrag.org/content/default.asp?id=4096>. Consultado em 20 Jan.2008.

EFRAG European Financial Reporting Advisory Group. (2008). *The EU endorsement status report: Position as at 9 February 2009*. Disponível na URL:

[http://www.efrag.org/images/Efrag/efrag\\_endorsement\\_status\\_report\\_9\\_february\\_2009.pdf](http://www.efrag.org/images/Efrag/efrag_endorsement_status_report_9_february_2009.pdf). Consultado em 14 Fev.2009.

Guimarães, Mário da Cunha. (2007). *A transição para as Normas de Contabilidade (NIC/IAS - NIRF/IFRS/NCRF - NCRF - PE)*. Famalicão. Disponível na URL:

[http://www.atp.pt/fotos/editor2/Transicao\\_para\\_as\\_Normas\\_Internacionais\\_de\\_Contabilidade.pdf](http://www.atp.pt/fotos/editor2/Transicao_para_as_Normas_Internacionais_de_Contabilidade.pdf). Consultado em 23 Jan.2008.

IAS PLUS International Accounting Standards.(2001). *Europe Organises Itself in the Field of Accounting!*. Bruxelas. The voice of Business in Europe. Disponível na URL:

<http://www.iasplus.com/resource/efragorg.pdf>. Consultado em 16 Fev.2008

IAS PLUS International Accounting Standards. *Formation of the Standards Advice Review Group*. Disponível na URL: <http://www.iasplus.com/europe/sarg.htm>.

Consultado em 24 Fev.2008

Lehne, Klaus-Heiner. Pergunta escrita à Comissão. Disponível na URL:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+WQ+E-2008-3992+0+DOC+XML+V0//PT&language=PT>. Consultado em 19 de Jan.2009.

Sá, António Lopes de – Normatização Contábil Internacional em Novos Rumos. Revista Pensar Contábil nº 21. Rio de Janeiro. (Agosto/Outubro 2003) 14-18.

Santos, Teixeira dos. (2002). *Implementação das Ias*. Disponível na URL: <http://www.cmvm.pt/NR/rdonlyres/A82772D4-1E44-4346-9317-4C59D62F08E5/778/20031007.pdf>. Consultado em 24 Fev.2008.